

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

CASA COMUM

01

MAIO 2022

Manifestação na Avenida Paulista em protesto ao assassinato da vereadora Marielle Franco, em São Paulo (SP), 2018. Foto: Andressa Zumpano



RESISTIR E ESPERANÇAR: DESAFIOS PARA GARANTIR DIREITOS NO BRASIL DE 2022

PAPO RETO

Célio Turino: paciência histórica precisa dar lugar à urgência histórica

Pag. 13

EM PERSPECTIVA

A encantadora caminhada em direção à nossa Casa Comum

Pag. 31

MOBILIZE-SE

Política além do voto: conheça iniciativas de engajamento social e faça valer sua voz

Pag. 33

Acesse também
nossa revista digital





Editorial

Não é por acaso que esta primeira edição da Revista Casa Comum estampa "Resistir e Esperançar" em sua capa. Produto de uma articulação de dezenas de redes, movimentos e pessoas que lutam todos os dias pelo bem comum, a publicação torna os verbos virtudes para alcançar a felicidade, a igualdade, a justiça e o cuidado à Casa Comum, nosso planeta.

Uma iniciativa que nasce da perspectiva franciscana para o diálogo em um Brasil de 2022: dividido, desigual, contaminado por uma pandemia de desinformação e ameaçado por ataques a direitos adquiridos e à democracia. A união de vozes, atitudes, ideias e soluções é, assim, nossa resposta para que todos e todas possam cuidar mais de todos e todas.

Por isso, os conteúdos transcendem esta revista, pois os canais da Casa Comum são tão plurais quanto os colaboradores das publicações em site, redes sociais, boletins, podcasts entre outras formas de fazer ecoar o grito da terra e dos pobres.

E que o mergulho nestas páginas inspire você, caro leitor, a caminhar conosco e a cuidar de si, do outro e do planeta.

Paz e bem. E boa leitura!

A edição

Contato

Endereço de correspondência:
 Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
 São Paulo/SP - CEP: 03009-010

Para contato com a redação:
 contato@revistacasacomum.com.br
 Site: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br.

Expediente

Realização:

Sefras - Ação Social Franciscana

Coordenação Geral:

Fábio José Garcia Paes e Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Projeto editorial:

Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público
www.estudiocais.com.br

Jornalista responsável:

Daniele Próspero
 MTB: 39.137

Coordenação editorial:

Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação:

Daniel Giovanaz, Elvis Marques e Maria Victória Oliveira

Coordenação de canais digitais:

Dayse Porto

Revisão:

Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação:

Rogério Testa e Elano Teixeira

Impressão:

Digitop Impressos Gráficos

Conselho Consultivo:

Adriana Charoux, Fábio José Garcia Paes, Igor Bastos, Ismar de Oliveira Soares, Luiz Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Salete Sirlei Valesan Camba, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Conselho de Governança:

Brayan Filipe Farias da Silva, Domiciano de Souza, Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Wagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Gabriela Meirinho, Rodrigo Zavala, Rosângela Helena Pezoti

Parceiros institucionais:

Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Movimento Laudato Si, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Periferia Viva, Plataforma Dhesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).



Sumário

02 _____ EM DESTAQUE

Resistir e esperar: desafios para garantir direitos no Brasil de 2022

13 _____ PAPO RETO

Célio Turino: paciência histórica precisa dar lugar à urgência histórica

18 _____ RAIO-X

Números expressam as várias facetas da crise brasileira

20 _____ EM PAUTA

Repensar o sistema de justiça e envolver juventudes são passos fundamentais na discussão sobre direitos e democracia

24 _____ EM PAUTA

População de rua e em busca por moradia cresce com a pandemia

27 _____ NA PRÁTICA

Iniciativas unem enfrentamento à fome e comunicação popular

29 _____ EM PERSPECTIVA

A periferia tem o rosto de uma mulher negra

31 _____ EM PERSPECTIVA

A encantadora caminhada em direção à nossa Casa Comum

33 _____ MOBILIZE-SE

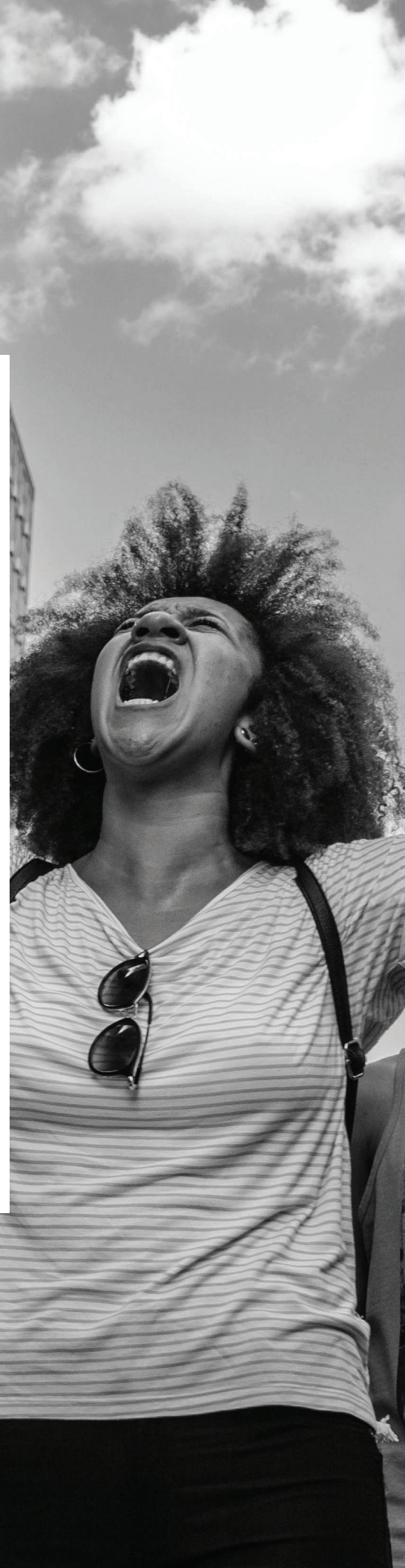
Política além do voto: conheça iniciativas de engajamento social e faça valer sua voz

36 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Avanços para a educação e retrocessos no campo ambiental

40 _____ RETRATO BRASIL

Povos de Resistência



EM DESTAQUE

RESISTIR E ESPERANÇAR: DESAFIOS PARA GARANTIR DIREITOS NO BRASIL DE 2022

Por Daniel Giovanaz

Povo Xukuru se manifesta em frente ao Congresso Nacional durante o Acampamento Luta pela Vida, em Brasília (DF), 2021. Foto: Andressa Zumpano

Enfrentar ameaças à democracia e à sobrevivência dos povos requer unidade na diversidade.

Um dos mais influentes pensadores brasileiros, Paulo Freire, dizia que era preciso ter esperança do verbo *esperançar*, e não do verbo *esperar*. Preso e exilado pela ditadura militar (1964-1985), o educador sentiu na pele os efeitos do autoritarismo e aprendeu que a realidade só se transforma com consciência política e unidade na ação.

Quinze anos após o falecimento do autor de “Pedagogia do oprimido”, o Brasil vive uma nova onda de retrocessos sociais e ambientais e está de volta aos patamares do Mapa da Fome das Nações Unidas.

116 milhões de brasileiros não tinham acesso permanente a alimentos, e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome em dezembro de 2020.

Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

A fome é mais recorrente em domicílios chefiados por pessoas pretas (66,8%) e por mulheres (73,8%); que têm crianças de até quatro anos (70,6%); e renda per capita mensal inferior a R\$ 500 (71,4%).

Fonte: Universidade Livre de Berlim, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



Temos que saber o momento de silenciar e o momento de gritar. Hoje, a esperança está no grito.

Antônio Eduardo Oliveira, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

A pandemia de Covid-19, ao escancarar as desigualdades, aprofundou o desafio de quem está na linha de frente da luta por um país mais justo e igualitário, resistindo à barbárie e conjugando o verbo *esperançar* todos os dias.

“Temos que saber o momento de silenciar e o momento de gritar”, reflete Antônio Eduardo Oliveira, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

“Hoje, a esperança está no grito. Temos que lutar por um bem viver, contra o individualismo, contra uma sociedade massificada apenas pelo consumo – porque isso é a própria morte. Esperançar também é valorizar pequenas ações que permitam ao povo buscar uma vida digna.”

Degradação ambiental, abuso de poder econômico, ampliação do desemprego, violência contra negros, mulheres, indígenas e população LGBTQIA+. Embora as estatísticas mostrem que o cenário se agravou nos últimos anos, nenhum desses desafios é novo.

“Desde a chegada dos europeus, os indígenas foram vítimas de um processo injusto de exploração. Tivemos guerra, escravidão, mas não podemos usar isso para nos acomodar. Não podemos dizer ‘isso já aconteceu antes, então é normal’”, exemplifica Oliveira.

“Os povos indígenas têm um acúmulo de lutas, passado de pai para filho, de avô para neto. Eles sabem que toda uma geração foi impactada por essas violências, mas não desanimam: continuam exigindo justiça e valorizam a alegria de estarem vivos, lutando.”

Olhares sobre o cenário

Antropóloga e cientista política, Lara Pietricovsky viveu os anos de ditadura e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, no final dos anos 1980. Entre as conquistas da redemocratização, estava a garantia de espaços de participação social na formulação e acompanhamento de políticas públicas.

Cerca de 75% dos conselhos de direitos (saúde, educação, assistência social etc.) e comitês nacionais, implementados naquela época, foram extintos ou esvaziados a partir de 2019.

“Antes do atual governo, nós, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, falávamos em uma radicalização democrática, em que as estruturas do poder tradicional e do sistema republicano precisavam ser revistas”, lembra Pietricovsky. “Hoje, mesmo a democracia liberal, com todas as suas contradições, está em risco”, constata a pesquisadora, que coordena o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e é codiretora da Associação Brasileira de Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns (Abong).

O Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu os conselhos nacionais, abriu caminho para o desmantelamento de várias áreas: da soberania alimentar às políticas de inclusão e valorização da diversidade.

A lista de retrocessos é extensa: paralisação da reforma agrária, das demarcações de terras indígenas e da regularização de territórios quilombolas; desmonte das estruturas de fiscalização ambiental; liberação recorde de agrotóxicos; facilitação do acesso a armas e munições; redução de investimentos em saúde, educação, tecnologia e energias renováveis.

Os cortes em políticas sociais, que vêm ocorrendo no Brasil, têm relação direta com as ameaças aos direitos humanos.

Encontro pela
Vida das Mulheres -
Casa de Clara.
Foto: Acervo Sefras



“Existe uma máxima que diz: você só terá direitos se eles estiverem no orçamento”, afirma Darci Frigo, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). “Por isso, derrubar o Teto de Gastos deve ser uma agenda central no campo dos direitos humanos”, acrescenta, em referência à Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2016, que congelou por 20 anos o investimento público em áreas como saúde e educação.

Criminalização dos movimentos sociais

Buscar a garantia dos direitos pressupõe coragem e resiliência. Esses valores, cultivados há décadas por movimentos e organizações sociais no Brasil, se tornam ainda mais necessários em uma conjuntura de intolerância e violência.

“É algo que estamos sofrendo muito”, afirma Sandra Braga, moradora do quilombo Mesquita, em Goiás, e coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) na região Centro-Oeste.

“Os quilombos são nosso santuário sagrado de preservação. Se estamos aqui, é porque alguém cuidou antes de nós. É esse saber ancestral que nos faz fortes para resistir e cuidar dos nossos territórios. Por esse cuidado, somos ameaçados e vítimas de violências. O governo tenta nos silenciar e tirar esse direito.”

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que, entre janeiro e novembro de 2021, houve 26 assassinatos em conflitos no campo, um aumento de 30% em relação a todo o ano anterior, quando foram registrados 20 assassinatos.

O número de agricultores sem-terra assassinados passou de dois, em 2020, para seis, em 2021. Ainda segundo a CPT, as mortes em consequência desses conflitos cresceram 1.044%, de 9 para 103. Destas, 101 foram de indígenas yanomami.

“São forças que têm atuado tanto no Executivo quanto no Legislativo para facilitar o acesso aos recursos naturais em benefício de atividades econômicas, legais e ilegais, que não dialogam com a proteção do meio ambiente”, analisa Mariana Mota, coordenadora de políticas públicas do Greenpeace Brasil.

A Amazônia no último ano teve um aumento de mais de 21% nas taxas de desmatamento. Nos últimos três anos, houve aumento de 56,6%.

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

O desmatamento no cerrado aumentou 7,9% entre agosto de 2020 e julho de 2021, alcançando a marca de 8.531 km². A cifra é a maior em 5 anos. Desde que Bolsonaro assumiu a Presidência, a devastação do bioma aumentou 17%.

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em 2021, foram devastados 507 km² de mata nativa dentro de unidades de conservação, 10% a mais do que no ano anterior.

Fonte: Imazon.

“O desinvestimento na proteção ambiental tem reflexos evidentes. A Amazônia, por exemplo, no último ano, teve um aumento de mais de 21% nas taxas de desmatamento. Nos últimos três anos, houve aumento de 56,6%”.

O Brasil já vive as consequências da degradação ambiental. Não à toa, os primeiros meses de 2022 foram marcados por enchentes avassaladoras, que mataram centenas e deixaram milhares sem casa na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

“Inevitavelmente, esses danos se concentram nas populações mais vulneráveis, mais pobres”, observa Mota. “É importante que o poder público invista na preservação das nossas florestas, mas também trabalhe para adaptar as cidades aos efeitos das mudanças climáticas, destinando recursos, criando planos de adaptação adequados e estrutura para enfrentar eventos extremos, cada vez mais frequentes no Brasil.”

Ameaça constante

Chico Mendes, Dorothy Stang, Marielle Franco. Não faltam exemplos de mobilizadores sociais assassinados por defender a floresta, populações em situação de vulnerabilidade, ou simplesmente por não se dobrarem a pressões de poderes políticos e econômicos.

“Isso vem da tradição do Estado brasileiro, que é autoritário, repressor, racista. Houve alguns momentos de respiro, mas quase sempre foram seguidos de golpes, de respostas violentas. O Brasil nunca teve um momento de glória, no qual os movimentos foram bem recebidos. A gente sempre teve que lutar a ferro e fogo por nossa liberdade e presença na composição das políticas, no debate do orçamento público”, lembra Lara Pietricovsky, do Inesc.

A Câmara dos Deputados pode votar ainda em 2022 uma proposta que deve agravar a criminalização do ativismo social no Brasil: o Projeto de Lei (PL) nº 1595/2019.

“Esse projeto quer enquadrar nossa livre expressão de contrariedade como ato terrorista. É algo absurdo, mas que infelizmente está sendo feito em outros países do mundo, como Hungria e Espanha”, analisa Pietricovsky.

Para Darci Frigo, esse PL configura a mais grave ameaça aos direitos humanos em tramitação no Legislativo, com consequências diretas sobre o ambiente democrático.

“As forças contrárias à democracia não estão satisfeitas com tudo que conseguiram em termos de liberação de armamento, uso da força contra as periferias e movimentos sociais, entre outras violências. Querer impedir o direito de organização, criminalizando a luta por direitos, é um bloqueio à ação política”, critica.

“Se a lei for aprovada, quem fechar uma estrada durante um protesto poderá ser tratado como terrorista – basta haver um delegado ou um promotor punitivista. Até conseguir derubar uma medida como essa, uma pessoa inocente pode passar meses na cadeia”, alerta o presidente do CNDH.



O Brasil nunca teve um momento de glória, no qual os movimentos foram bem recebidos. A gente sempre teve que lutar a ferro e fogo por nossa liberdade e presença na composição das políticas, no debate do orçamento público.

Iara Pietricovsky, coordenadora do Inesc

De olho na boiada

Mariana Mota, do Greenpeace Brasil, comenta algumas das principais ameaças aos direitos socioambientais que aguardam análise do Senado:

- **PLs da Grilagem (2633/2020 e 510/2021):** “Ambos visam facilitar a titulação de terras para quem tomou posse. É tudo direcionado para grandes e médias propriedades, com uma série de instrumentos que validam aquela posse. O título simplesmente passa a quem tem poder e dinheiro, sem justiça social e sem planejamento e ordenamento territorial. Os projetos preveem, inclusive, instrumentos de autodeclaração de posse, preços muito abaixo do mercado, e todas as facilidades para privatizar as terras públicas do país.”



- **PL do Licenciamento Ambiental (2159/2021):** “Propõe mudar as regras de licenciamento para que obras e empreendimentos tenham facilidade na obtenção de licença. É, basicamente, o fim do licenciamento ambiental no Brasil, porque inviabiliza a correta verificação e análise de obras e seus impactos, comprometendo a proteção do meio ambiente e das populações diante de empreendimentos potencialmente danosos.”



- **PL do Veneno (6299/2002):** “É uma demanda antiga do agronegócio, que se dedicou muito a atos infr legais que permitiram um recorde na liberação de agrotóxicos nos últimos anos. Porém, não satisfeito com as facilidades oferecidas hoje, esse setor quer mudar a lei, para que essas fragilidades se perpetuem mesmo após o atual governo. Eles querem tirar do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] e da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] a atribuição de analisar os agrotóxicos, mantendo essa avaliação apenas no Ministério da Agricultura – onde evidentemente há interesses econômicos.”

Antônio Eduardo Oliveira, secretário executivo do Cimi, chama a atenção para tentativas da base aliada do governo de mudar os artigos 231 e 232 da Constituição. São precisamente os trechos que reconhecem os direitos dos povos indígenas, suas línguas, costumes e tradições – e responsabilizam a União pela proteção dos territórios.

Em janeiro de 2020, o governo apresentou o PL 191, que permitiria a exploração de recursos minerais e hídricos nos territórios indígenas por meio da iniciativa privada. Em seguida, veio à tona o PL 490, para mudar o atual Estatuto do Índio e os procedimentos demarcatórios, concebendo um “marco temporal” para futuras demarcações de terras indígenas no Brasil.

Flores no asfalto

A luta indígena contra o marco temporal foi um dos exemplos mais importantes de resistência ativa durante a pandemia. Segundo essa tese, em julgamento no STF, só podem reivindicar direito sobre determinado território os povos que já estivessem ocupando aquela área em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

“Os povos indígenas, por outro lado, reivindicam que esse é um direito originário. Quando os europeus chegaram, eles já estavam nesses territórios”, ressalta Oliveira.

“A aprovação do marco temporal significaria a perda de metade dos territórios que os povos indígenas estão ocupando hoje. Cerca de 500 territórios no Brasil serão prejudicados”, estima.

Entre junho e agosto de 2021, foram reunidas mais de 160 mil assinaturas contra o marco temporal. Povos indígenas de várias partes do país acampam em Brasília e expressaram sua posição durante o julgamento no Supremo, em 2021.

“Os indígenas colocaram sua vida em risco em meio à pandemia e se mobilizaram, garantindo ao STF: ‘Vocês podem julgar, que a gente está aqui para dar o apoio. Somos contra o marco temporal e contra esse governo’. Foi uma mobilização extremamente positiva”, enaltece o secretário executivo do Cimi.

O julgamento foi interrompido com o placar de 1 a 1, e deve ser retomado em 23 de junho. As organizações indígenas e indigenistas confirmaram que estarão novamente em Brasília para manifestar sua contrariedade à tese – em oposição aos posicionamentos do governo atual e da bancada ruralista.

Além de estimular o debate público sobre essa pauta, a sociedade civil teve outras conquistas relevantes durante a pandemia. Foi somente graças à pressão das organizações e movimentos sociais, por exemplo, que o governo forneceu auxílio emergencial nos valores de R\$ 600 e R\$ 1,2 mil mensais em 2020.

Conforme dados da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar naquele ano, o equivalente a 59,3% da população.

“Na época, deram a entender que [o auxílio emergencial] era uma vitória apenas dos partidos de oposição, em Brasília, mas essa foi uma demanda e uma conquista nossa, da sociedade civil”, enfatiza Iara Pietricovsky, coordenadora do Inesc.

Desde que a crise sanitária começou, trabalhadores sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária, protagonizaram – junto a movimentos e organizações sociais de periferia urbana – uma das maiores campanhas de doação de alimentos saudáveis da história do país.

A pandemia também evidenciou a importância de experiências existentes no país há três décadas: as economias transformadoras. São iniciativas coletivistas de produção, comércio e consumo, pautadas por princípios igualitários e democráticos, no campo e na cidade. Em alguns casos, são utilizadas até moedas próprias.

Entre 1999 e 2013, o número de brasileiros que trabalham em projetos dessa natureza saltou de 100 mil para 1,5 milhão, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com predominância na região Nordeste.

Embora não haja dados atualizados durante a pandemia, essas atividades de autogestão adquiriram maior visibilidade nos últimos dois anos, como resposta ao aumento da inflação e do desemprego.

A mobilização de moradores de periferias contra os efeitos do coronavírus também fez a diferença. A organização Mães da Favela, ligada à Central Única das Favelas (Cufa), criou um “vale-mãe” de R\$ 120 para complementar a renda de mulheres com filhos que vivem em comunidades pelo Brasil. A União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro) lançou uma linha de arrecadação para apoiar financeiramente famílias negras e periféricas, além de professores e estudantes de cursinhos comunitários.

Iniciativas como essas, somadas à atuação de organizações não governamentais consolidadas há décadas no país, como a Ação da Cidadania, garantiram a sobrevivência de milhões de famílias.

“A fome voltou ao centro da agenda política – não do governo, mas da sociedade e dos movimentos que conseguiram transformar o direito à alimentação em um direito constitucionalmente assegurado”, observa Darci Frigo.

“O movimento pró-vacina, generalizado na sociedade brasileira, também foi vitorioso contra as forças da extrema direita e do negacionismo. O Sistema Único de Saúde (SUS) e o movimento de saúde no Brasil passaram a ser um sujeito político fundamental para manter a democracia”, acrescenta.

O presidente do CNDH interpreta que a guinada do Executivo à direita, somada a um contexto de crise sanitária, mudou a perspectiva de atuação do Judiciário.

“O STF, principalmente, passou a ter uma posição mais ao centro da agenda política. Isso permitiu que fossem atendidas algumas reivindicações de indígenas, quilombolas, e contra os despejos na pandemia. Foram várias decisões na linha de garantir direitos e exigir ações do governo”, reconhece.

Além de determinar a vacinação prioritária a quilombolas, o STF declarou constitucional, em 2018, o Decreto nº 4.887/2003, considerado um avanço no reconhecimento do direito à terra dessas populações. Ambas as conquistas foram resultado de mobilizações da Conaq e do conjunto do movimento negro.

“São marcos importantes de uma organização que não se cala e está o tempo todo de prontidão. Somos um batalhão que fica a postos 24 horas, atento a tudo”, valoriza Sandra Braga, coordenadora da Conaq.

Articulação e ação

Excluídos do debate e da formulação de políticas públicas no Brasil, indígenas tiveram participação destacada na última Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26), em novembro de 2021, na Escócia. A Conaq participou do evento pela primeira vez, com quatro representantes.

O investimento em articulações internacionais é uma resposta ao fechamento dos canais de diálogo oficiais dentro do país, como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Fundação Cultural Palmares. Estratégias semelhantes vêm sendo adotadas pela Coalizão Negra por Direitos, por ONGs ambientalistas e movimentos feministas e LGBTQIA+, garantindo maior visibilidade à luta contra o racismo, a homofobia e a transfobia.

Isso não significa que, no Brasil, as mobilizações não sejam necessárias ou não surtam efeitos.

“Vários atores da sociedade civil estão amplamente engajados. A gente vê muito esforço da opinião pública, de comunicadores na imprensa, nas redes sociais, alertando e denunciando a agenda de destruição ambiental”, analisa Mariana Mota, integrante do Greenpeace Brasil.

“É muito importante que a sociedade apoie esses movimentos e as populações indígenas. Hoje, alguns dos projetos mais graves estão na mesa do Rodrigo Pacheco [PSD/MG], presidente do Senado, que pode barrar essas medidas. Então, é necessário que ele seja cobrado, alertado, e que todos façam valer a sua voz neste momento.”

Darci Frigo, do CNDH, concorda que não há avanço possível sem a contribuição da sociedade civil. “Precisamos voltar à rua, defender a democracia, defender os direitos humanos. As pessoas precisam estar atentas: é importante agir como indivíduos, mas também buscar a organização em movimentos sociais, e mesmo na política partidária”, enfatiza, lembrando a importância do voto e o desafio colocado pelas eleições de 2022.

Consumir e compartilhar informações de qualidade, dialogar com familiares e amigos, assinar petições e campanhas por direitos e, quando possível, apoiar financeiramente os grupos que estão na linha de frente também são formas de contribuir com a resistência.

“Onde quer que estejam, todos devem ser sujeitos da mobilização social, devem fiscalizar a administração pública. No bairro, no espaço de trabalho, é muito importante se organizar e conhecer seus direitos, para defendê-los coletivamente”, completa Frigo.

Questionados pela **Revista Casa Comum** sobre os caminhos para enfrentar o contexto histórico de violação de direitos, todos os entrevistados e entrevistadas mencionaram a importância da unidade e articulação entre os grupos sociais.

“Os povos indígenas, que são apenas 0,5% da população brasileira, não vão conseguir todas as vitórias que almejam. Por isso, não podem ser contra os sem-terras, os quilombolas, os ribeirinhos, a população da periferia das cidades, a população negra, que é alvo de genocídio: têm que se unir”, resume Antônio Eduardo Oliveira, do Cimi.

“Essa é uma necessidade cada vez mais imperativa. Temos que dialogar mais, conversar e nos articular com todos os grupos e indivíduos que estão em luta por uma sociedade justa, fraterna e igualitária”.

“

Onde quer que estejam, todos devem ser sujeitos da mobilização social, devem fiscalizar a administração pública. No bairro, no espaço de trabalho, é muito importante se organizar e conhecer seus direitos, para defendê-los coletivamente.

Darci Frigo, presidente do CNDH

Os sentidos da esperança

Iara Pietricovsky, coordenadora do Inesc, afirma que o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (PT) produziu reflexos sobre a atuação de movimentos e organizações sociais. Entre outros efeitos, “serviu para repensar o *modus operandi* da sociedade civil”, que, na visão dela, estava fragmentada desde a redemocratização.

“Organizações e movimentos que estavam segmentados se reagruparam. Hoje existe mais unidade de pensamento, mas com muito mais consciência das nossas diferenças. Na época da ditadura, achávamos que éramos todos iguais, enquanto hoje nossos lugares de fala são mais bem compreendidos”, compara.

Na visão da codiretora da Abong, os setores democráticos têm condições de construir unidade de forma mais madura que nas décadas anteriores.

“Compreendemos que a relação capital-trabalho não é suficiente para explicar a realidade. A luta de classes não resolveu os problemas do racismo, da homofobia, que constituem a desigualdade no Brasil, por exemplo. Hoje temos muito mais consciência disso do que nos anos 1980. A gente está muito mais sintonizado, identifica melhor o que nos distingue, mas sabe que há coisas em comum e pelas quais precisamos lutar”, explica.

Mulher quilombola, Sandra Braga vive em uma comunidade que completa, em maio, 276 anos de resistência. É na ancestralidade que ela encontra motivação para lutar.

“Por mais problemas e injustiças com que a gente se depare, quando eu olho para algo que remete a meu passado, meus avós, meus bisavós, existe uma esperança”, afirma.

“O esperar faz parte da nossa vida cotidiana. Cada criança que nasce aqui, eu sei que eu preciso esperar para que ela tenha um futuro melhor. Nossas enciclopédias na comunidade, as parteiras, as benzedeiras, os mais velhos, nos fortalecem e não nos permitem fraquejar.”

Para Darci Frigo, é preciso conjugar as mobilizações sociais pelas demandas imediatas com o sonho de uma casa comum, justa e inclusiva.

“A utopia precisa voltar a guiar nossos passos. Precisamos ter os pés no chão, compreender os problemas da realidade, mas não podemos ficar só no imediato. Temos que pensar nas gerações futuras, construir uma relação diferente com a nossa mãe-Terra e criar condições para que as pessoas, na diversidade, se respeitem mutuamente”, finaliza o presidente do CNDH.

Vozes em ação



Foto: Arquivo pessoal

Rafaela Eduarda Miranda Santos, quilombola advogada

Quando criança, Rafaela sonhava ser faxineira: era a profissão da mãe e de quase todas as mulheres negras que via nas novelas. O pai trabalhava como diarista em fazendas no Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo. Na época, o casal morava em um bairro vizinho à comunidade quilombola de Porto Velho, seu território de origem.

Processos históricos de grilagem e expropriação impediam a família de construir sua residência dentro do quilombo. O reconhecimento da comunidade pelo Estado, a partir de 2003, permitiu instrumentalizar a luta para retomada de parte do território.

O contato com essas lutas influenciou diretamente a trajetória de Rafaela. Ela foi uma das primeiras pessoas da comunidade a cursar ensino superior e, aos 24 anos, trabalha como advogada na Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira SP-PR (EAACONE).

“As memórias da escravidão são recentes e presentes no nosso território”, conta. “Até hoje, sofremos com a ausência

da regularização fundiária, o que impede nossa autonomia sobre o território.”

Os conflitos fundiários acompanham a história do quilombo. A advogada lembra o dia em que a igreja da comunidade, espaço de encontro e mobilização, foi quebrada a marretadas a mando de um fazendeiro.

“Era para nos desmobilizar, mas nos tornou mais fortes”, ressalta.

A oportunidade de cursar Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi aberta pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A turma era formada por quilombolas, atingidos por barragens, fundos de pastos e filhos de assentados da reforma agrária.

“Na época, eu trabalhava numa escola. Foi meu pai quem comentou sobre o Pronera e, como tinha ido bem no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio], decidi me inscrever”, lembra Rafaela.

A aprovação na UFPR levou a família às lágrimas: era um divisor de águas na história dela e de toda a comunidade.

Em Curitiba (PR), Rafaela aprendeu, fez amigos e não parou de lutar – especialmente, para garantir condições de permanência na universidade. Hoje, ela lamenta os ataques à política de educação do campo, a redução do orçamento destinado ao Pronera e a diminuição do número de turmas.

Em tempos de expansão do agronegócio, o quilombo de Porto Velho cultiva alimentos tradicionais, sem agrotóxicos, e desenvolve a produção de artesanatos, farinha de mandioca, de rapadura, taiada, doce de amendoim, entre outros. São cerca de 33 famílias no território – e quase 60, somando as que vivem fora dos limites da comunidade.

Na EAACONE, as demandas são diversas. Além da regularização fundiária, os quilombolas do Vale do Ribeira lutam para a concretização de direitos básicos, fazem frente ao racismo, à criminalização, às ameaças e lutam pela garantia de políticas públicas.

“Como produzir alimentos sem água? Como escoar a produção, se não tem uma estrada?”, questiona a advogada.

Entre as conquistas que Rafaela se orgulha de fazer parte, está a vacinação prioritária dos quilombolas contra a Covid-19, articulada junto à Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), associações quilombolas, entre outros apoiadores.

Assim como os pais foram uma inspiração, ela também se torna referência para os mais jovens. Rafaela tem quatro irmãos – um homem e três mulheres. Uma delas, Gabriele, hoje estuda Pedagogia na UFPR.

“Quando alguém quebra essa barreira e sai para estudar, outros vêm junto”, celebra a advogada, que conclui uma pós-graduação em direito ambiental. “Isso mostra como é importante ter pessoas que nos representem e nos inspirem, para que histórias como essas se façam mais presentes.”



Foto: Clemência Vieira / Flávio Müller

Laurah Cruz, artista e mobilizadora social

“Minha intenção é deixar algo para a história, para as pessoas tirarem algum aprendizado da minha vivência.” As palavras expressam a maturidade de quem traz no corpo as marcas da violência, mas nunca desistiu de encontrar seu lugar no mundo.

Laurah cresceu na casa da família em Interlagos, zona sul de São Paulo (SP). Rejeitada pelo pai, decidiu ir embora aos 28 anos, ficou desempregada e, sem alternativas, encarou o desafio de ser uma mulher trans em situação de rua.

“Vim para o centro da cidade porque havia maior opção de abrigos, e também porque ninguém me conhecia aqui. Achara que, por isso, minha vergonha seria menor”, explica.

Em condição de vulnerabilidade social por cinco anos, Laurah enfrentou a discriminação e se deparou com seus próprios preconceitos. A “Cracolândia”, tão estigmatizada, virou uma escola.

“Hoje eu vejo que muitos não têm oportunidade, por isso acabam chegando àquela situação”, relata. “Tenho o maior orgulho de dizer que sou maloqueira, que faço parte dessa família. O meu nome, quem escolheu foram eles – e não imaginava o peso que teria hoje.”

A descoberta como artista se deu no Chá do Padre, espaço de reinserção social e acolhida da população de rua do centro de São Paulo, organizado pelo Sefras - Ação Social Franciscana.

“Sempre cantei, mas não tinha coragem de investir nesse sonho. Um dia, no karaokê do Chá do Padre, tomei coragem e mostrei o que eu tinha para mostrar. As pessoas vinham me abraçar, chorando, dizendo que eu tinha tocado o coração delas”, relembra Laurah.

A música é apenas uma das facetas dessa multiartista. Modelo, atriz, produtora, escritora, artista plástica e costureira, ela foi selecionada este ano pela SP Escola de Teatro para estudar cenário e figurino.

Nenhum passo dessa trajetória foi fácil. “Tenho uma placa de 20 cm e 10 pinos no braço. Há um ano, precisei reconstruir o lado direito do rosto, porque fui atingida por um bastão de beisebol. Carrego essas cicatrizes, mas a vontade de viver é cada vez maior”, ressalta a paulistana.

Em setembro de 2021, aos 33 anos, ela foi agredida por um guarda municipal durante uma abordagem, as imagens rodaram o país e causaram indignação: o guarda bateu com tanta força que o cassetete se quebrou em três pedaços.

“Ele me julgou pela cor, pelo gênero, pela opção sexual. Uma professora que trabalha há 18 anos gravou o que aconteceu. Aproveitei e fiz um grito, não só por mim, mas por todo ser humano que é mal compreendido”, lembra.

Laurah conseguiu o afastamento do guarda, e processará o município em 2022. “Quero uma indenização por todas as violências sofridas. Dinheiro não paga o trauma que eu sofri e o quanto aquilo mexeu com meu psicológico, mas esse processo mostrará para a sociedade que podemos lutar por nossos direitos.”

A abordagem ocorreu quando Laurah buscava doações de roupas e calçados para o coletivo Tem Sentimento, onde atua como mobilizadora social. O projeto oferece a mulheres trans e cis a oportunidade de aprender corte e costura e ganhar pelo que produzem.

É o trabalho desse coletivo que permite a ela pagar suas contas e sonhar com dias melhores.

“Penso em ter uma moradia própria, sair do aluguel. Se a gente quer conquistar, tem que bater o pé e continuar nossa luta. Porque o que sou hoje é resultado de pessoas que vieram lá de trás, segurando a mesma onda que eu seguro hoje”, finaliza.



Para ler:

- "Atlas das situações alimentares no Brasil" – Sefras e Universidade São Francisco (2021): bit.ly/CasaComum_E1_1
- Estudo "Infâncias e Adolescências Invisibilizadas: a prioridade absoluta abandonada pelo Estado" – Várias organizações (2022): bit.ly/CasaComum_E1_2
- Relatório "A fome como prato principal" – Sefras (2020): bit.ly/CasaComum_E1_3
- Pesquisa "Jovens no Poder" – Instituto Update: bit.ly/CasaComum_E1_4
- Livro "Economia para poucos" – Pedro Rossi, Esther Dweck e Ana Luiza Matos de Oliveira (2018): bit.ly/CasaComum_E1_5
- E-book "Clima e Direitos Humanos: Vozes e ações" – Conectas (2021): bit.ly/CasaComum_E1_6
- Pesquisa "Ativismo e Pandemia no Brasil" – Fundo Social Elas (2021): bit.ly/CasaComum_E1_7
- Relatório "Sistema de Alerta de Desmatamento" – Imazon (2022): bit.ly/CasaComum_E1_8



Para ouvir:

- Podcast "Cara Pessoa" – Folha de S. Paulo e Conectas (2020): spoti.fi/3MYCCZM
- Podcast "Essa Geração", 3ª temporada – Fundação Tide Setubal (2022): bit.ly/CasaComum_E1_9
- Podcast "Construir o Esperança: Livro Direitos Humanos no Brasil 2021", 3º episódio – Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2022): bit.ly/CasaComum_E1_10
- Podcast "Papo Preto" – Alma Preta Jornalismo (2020-2022): spoti.fi/36jlymU
- Radionovela "Beleza: Um Suspiro de Esperança" – Instituto Casa Comum (2021): bit.ly/CasaComum_E1_11



Para assistir:

- Documentário "O amanhã é hoje: o drama de brasileiros impactados pelas mudanças climáticas" – Thais Lazzeri (2018): bit.ly/CasaComum_E1_12
- Documentário "Meu corpo é político" – Alice Riff (2017): bit.ly/3w0y2eh
- Série "Corações e mentes: escolas que transformam" – Cauê Rhoden (2018): bit.ly/CasaComum_E1_13
- Série "A Sabedoria do Tempo, com Papa Francisco" – Elias e Simona Ercolani (2021): bit.ly/CasaComum_E1_14



Festividade do Dia Internacional das Mulheres no Quilombo Arapemã, Santarém (PA), 2017.
Foto: Dayse Porto

CÉLIO TURINO: PACIÊNCIA HISTÓRICA PRECISA DAR LUGAR À URGÊNCIA HISTÓRICA

Por Daniel Giovanaz
e Elvis Marques

Historiador e mobilizador social chama atenção para a necessidade de “humanizar o humano” e recuperar a capacidade de sonhar.

Gestor de políticas públicas, historiador, escritor, mobilizador social e fundador do Instituto Casa Comum, Célio Turino foi um dos responsáveis pela implementação dos pontos de cultura que se espalharam por mais de 3 mil comunidades entre 2004 e 2010.

Após deixar o Governo Federal, Turino viajou por dezenas de países para difundir aquelas experiências. No percurso, estabeleceu relações com o Papa Francisco, com quem compartilha o interesse em promover a “cultura do encontro” – construção de pontes de diálogo e de entendimento a partir das diversidades.

Em maio de 2019, o pontífice convocou jovens empreendedores e transformadores sociais do mundo para um “compromisso no espírito de São Francisco, a fim de tornar a economia de hoje e de amanhã justa, sustentável e inclusiva.” A partir desse chamado, o brasileiro foi um dos idealizadores da Articulação pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), que inclui uma referência ao nome de Santa Clara de Assis e propõe uma economia baseada na acolhida, na solidariedade e no afeto.

Em conversa com a **Revista Casa Comum**, Turino ressalta as aproximações entre a *Encíclica Laudato Si*, documento publicado pelo Papa em 2015, a filosofia africana Ubuntu e o conceito de Bem Viver dos povos originários da América Latina.

O autor do livro *“Por todos os caminhos – pontos de cultura na América Latina”* (Editora SESC/SP, 2020) defende a valorização desses modos de vida e interpretação do mundo como caminho para superar o individualismo e os retrocessos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

A Encíclica *Laudato Si'*, escrita pelo Papa Francisco, marca a sua posição em diversas pautas, como o cuidado com a Casa Comum, o planeta. Sete anos após sua publicação, diversas obras, análises e artigos têm se baseado nesse conceito. O que esse chamado do Papa representa para você?

Célio Turino: Criamos o Instituto Casa Comum em função desse processo, inspirados pela *Laudato Si'*, pela ideia do planeta como uma casa de todos, e a partir de relações que estabelecemos diretamente com o Papa Francisco.

Trabalho há mais de 40 anos na formulação de políticas públicas. Estive como secretário da Cidadania Cultural, no Ministério da Cultura, de 2004 a 2010. Naquele período, desenvolvi os pontos de cultura e o programa Cultura Viva, que chegou a 3,5 mil comunidades no Brasil, com 8 a 9 milhões de pessoas envolvidas.

A partir de 2011, comecei a circular pela América Latina para difundir essa ideia. Ela chegou com muita força na Argentina, sobretudo nas periferias. Hoje há mais de mil pontos de cultura no país.

O Papa conheceu essa experiência e, em 2015, um pouco depois da *Laudato Si'*, me convidou para ir ao Vaticano. Há uma identidade muito grande entre o conceito dos pontos de cultura e o conceito que o Papa trabalha, da cultura do encontro.

Estabelecemos, então, várias ações em comum, via programa *Scholas Occurrentes* [Escolas do Encontro, em latim], criado pelo Papa. Em função desses acordos e ações pela América Latina, criamos o Instituto Casa Comum. Hoje trabalhamos com a produção de *podcasts* e vídeos junto com o *Scholas Occurrentes*.

A ideia de Casa Comum está muito presente entre os povos ancestrais ameríndios: é o conceito do Bem Viver – no idioma guarani, *Teko Porã*, “o modo bom de viver na casa” –, fundamental para a sobrevivência da humanidade no planeta.

O planeta sobrevive sem a humanidade, mas a humanidade não sobrevive sem o planeta. Se não houver uma compreensão profunda do significado do que é viver em uma Casa Comum, ameaçaremos a existência da nossa espécie e das demais.

A Encíclica do Papa Francisco ressoou muito nas organizações de base, nos movimentos, nas igrejas, enfim, em todos os campos. Como você avalia a aderência desse documento e de seus conceitos na sociedade?

Célio Turino: Vejo que tem avançado a consciência planetária, e a Igreja Católica tem um papel importante, mas alguns setores estão capturados por uma cultura tradicionalista, que fomenta muito ódio.

Quando o Papa propõe a “Igreja em saída”, está se referindo a uma Igreja que dialoga com o povo, de braços abertos.

Quando se fala em Casa Comum, há que se compreender que os povos originários de todo o continente [americano], do Alasca até a Terra do Fogo, praticam isso há milênios.

A ideia do Bem Viver se aproxima muito à da Casa Co-

mum, assim como a ideia de Ubuntu, de matriz africana: a humanidade de uma pessoa só se realiza na relação com a humanidade da comunidade. Isso precisa ser incorporado. O que a gente propõe é que a Igreja faça esse diálogo em igualdade com outras filosofias e pensamentos.

O Brasil vive o enfraquecimento dos conselhos nacionais e dos espaços institucionais de participação da sociedade civil na construção e gestão de políticas públicas. Quais impactos desse processo já são perceptíveis?

Célio Turino: É uma regressão muito grande. Houve 72 conferências nacionais temáticas entre 2003 e 2010. Eu participei do encaminhamento de algumas. A última de Cultura foi em 2010, com a participação de 200 mil pessoas em 2 mil municípios do Brasil. Isso se deu nas mais diversas áreas e foi uma marca importante para a democratização do país.

Essas iniciativas foram perdendo fôlego a partir de 2011, com o *impeachment* da presidenta Dilma (PT). Houve também uma regressão, que se consolidou em 2019.

Nenhum retrocesso ocorre de uma única vez. O desfazimento dos conselhos e das conferências que mencionei retirou a participação popular para consolidar os interesses dos mesmos grupos que governam o país desde o tempo das capitânicas hereditárias – associados a outros grupos, vinculados ao crime, garimpo e desmatamento ilegal.

Por outro lado, o Brasil tem uma tradição de participação popular muito consistente, que começou a ser retomada no final dos anos 1970.

O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, é resultado de um processo de 40 anos de participação popular, de movimentos populares de saúde. Agora, que o país teve que enfrentar a pandemia, o SUS se mostrou capaz de dar respostas – por mais dificuldades que houvesse do ponto de vista da condução dos governos.

Teríamos o dobro de mortes, ou mais, caso não houvesse a ação decidida de profissionais de saúde, agentes comunitários, unidades espalhadas por todos os cantos do país, em favelas, cidades pequenas, aldeias indígenas.

Como você avalia o atual momento do país e do mundo?

Célio Turino: O mundo passa por uma fase de totalitarismo neoliberal. É o “pensamento único”, que foi se impondo desde os anos 1990, e hoje se revela de forma muito intensa.

Na América Latina e no Brasil, em particular, enquanto havia o avanço do neoliberalismo, também houve resistência, formando os chamados governos progressistas ou neodesenvolvimentistas, que abriram espaços de participação popular.

Isso se deu aqui, na Bolívia, na Argentina, em muitos países, mas os oligarcas do mundo não admitem esse espaço amplo de pluriversidade de opiniões, de participação social, e agiram para liquidar essas possibilidades.

Vivemos uma nova fase de totalitarismo. Não é aquela ditadura escancarada, mas impõe um pensamento, uma forma de ser e de interpretar do mundo, que é totalmente mercantilizada. Precisamos recuperar o que o Papa Francisco chama



Célio Turino em encontro com o Papa Francisco.
Foto: Arquivo pessoal

de economia com alma. O grande desafio é recuperar a alma humana, estabelecer relações econômicas, sociais, culturais e educacionais de outra forma, humanizando o ser humano.

O desafio para as pessoas que pensam em uma Casa Comum, que querem humanizar o humano, é o de recuperar esse espaço da política para as relações humanas e para a defesa do planeta.

Observa-se um processo de desmonte das políticas públicas em várias áreas. Quais você considera as perdas mais importantes e quais políticas em vigor hoje precisam ser revistas ou reestruturadas para ampliar o acesso a direitos?

Célio Turino: De imediato, as reformas trabalhista e previdenciária. O que se prometia era gerar empregos, mas o resultado foi o aumento do desemprego e da precarização do trabalho. Hoje, as pessoas têm mais dificuldade de se aposentar e se aposentam com um salário mínimo – não muito além disso.

Não há nenhum outro país que adote um “Teto de Gastos” como o do Brasil. Note que esse teto exclui o dinheiro que vai para os bancos. São medidas absolutamente prementes. Precisamos de uma revogação dessas reformas.

Em políticas públicas, nós tínhamos, por exemplo, o Mais Médicos, que enviou profissionais de saúde aos municípios mais distantes, onde médicos brasileiros não queriam ir.

Algumas pessoas eram contra a vinda de profissionais de fora para atender indígenas, moradores de municípios onde não havia médicos. Depois que eles foram embora, os médicos brasileiros não ocuparam o lugar deles. Em torno de 30 milhões de pessoas ficaram sem assistência.

Por outro lado, há avanços. A aprovação da Lei Aldir Blanc conseguiu mobilizar grande volume de recursos, com aplicação de forma descentralizada, em 4,6 mil municípios. Isso permitiu que o setor da Cultura conseguisse atravessar este momento de forma um pouco menos pesada. Houve a preservação de cerca de 400 mil postos de trabalho a partir dessa lei.

Isso demonstra que, mesmo em tempos de profundo retrocesso, é possível haver reação.

Após viajar por várias partes do Brasil, quais você considera os principais desafios para fortalecer uma articulação nacional dos movimentos sociais? Como aproveitar essa diversidade de culturas, de modos de vida, para potencializar as ações por garantia de direitos?

Célio Turino: Em seis anos, estive em 600 comunidades no Brasil. Basicamente, em favelas, aldeias indígenas e pequenos municípios. Estive na Aldeia Apiwtxa, subindo o rio Amônia, em Marechal Thaumaturgo (AC). Estive no Xingu, cinco vezes na favela do Pirambu, em Fortaleza, e assim por diante. Depois de 2011, viajei pela América Latina, do México à Argentina, passando por 17 países.

Nós só vamos conseguir superar nossos problemas quando o povo perceber a potência que tem. Normalmente, as ações feitas nas periferias se baseiam em uma ideia de que o povo é carente, necessita de auxílio. É claro que isso é importante, mas o povo é potente.

A solução dos problemas de um povo, em qualquer lugar do mundo, só pode vir do próprio povo. O desafio está em localizar essas potências, essas capacidades transformadoras, e fazer com que elas se articulem em rede.

O Instituto Casa Comum tem se dedicado a produzir *podcasts* sobre filosofia africana, a partir das vozes das mulheres; cultura brasileira de raiz, a partir do Nordeste. Porque um povo que não gosta de si, que não gosta de olhar para si, sempre será escravizado, dominado. Essa é a grande estratégia do colonialismo.

O que a gente precisa fazer é criar meios para que o povo se perceba, descubra a força que tem a partir da sua beleza e, aí sim, comece a mudar as coisas. Só que isso tem que ser mais rápido do que antes.

Há alguns anos, a gente dizia que era necessária uma paciência histórica. Hoje, não é mais possível. Estamos na iminência de um colapso climático, vemos a guerra na Ucrânia, dos Estados Unidos contra a Rússia, e tudo isso pode levar a desgraças nunca antes imaginadas. As pessoas precisam compreender que é necessário incorporar o conceito da urgência histórica, não mais da paciência histórica.

O Brasil sempre foi uma referência para o mundo, e precisa recuperar esse papel. A gente precisa voltar a perceber uma característica do nosso país, que é juntar mil povos em um. A gente tem que aprender a habitar esse lugar, como tem que aprender a habitar o mundo.

Com um olhar para o futuro, quais desafios ainda presentes teremos de enfrentar?

Célio Turino: A mudança mais difícil de enfrentar é a que está na cabeça do povo. Apesar de tudo que tem ocorrido no país – desamparo, negacionismo, vínculo com crime organizado –, o atual governo continua tendo uma base social considerável. Isso significa que há aderência a essas ideias.

Precisaremos de uma “anamnese social”, um diagnóstico do povo brasileiro, de forma intensa, afetuosa e inteligente, para identificar os pontos de ódio, rancor e ressentimento. Esse é o maior desafio.

As outras medidas podem ser revertidas. Penso que o correto seria a revogação de todas as medidas regressivas que vêm ocorrendo.

Até os ministros do Supremo [Tribunal Federal] reconhecem que não houve crime de responsabilidade que justificasse o

impeachment [em 2016]. Então, as medidas tomadas depois foram ilegais e precisam ser revogadas.

Isso não significa manter a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), por exemplo, como estava, até porque ela foi modificada várias vezes desde 1942. É necessário incorporar o teletrabalho e o trabalho por aplicativo.

A tecnologia, quando dissociada da ética humana, é escravizadora. Não é correto ter milhões de jovens se acidentando de moto ou morrendo enquanto trabalham em aplicativos de entrega. Eles precisam ter alguma garantia, salário mínimo, direito à aposentadoria. Se não, a gente volta ao horror do século XIX.

É necessário pensar no fim do capitalismo, mas sem uma visão binária. Superar o capitalismo não significa ter um modelo igual ao do socialismo do século XX. Se a gente procurar outras possibilidades, de uma vida mais humana, mais comunitária, a partir dos princípios do Bem Viver, da Casa Comum, do Ubuntu, a gente vai conseguir ter uma vida melhor.

Mesmo na pandemia, as pessoas se ajudaram, com economia de vizinhança, um comprando do outro, redes de solidariedade popular. Esse é um caminho alternativo ao caminho capitalista.

O que você recomendaria a quem está preocupado com a garantia dos direitos humanos no Brasil, mas ainda não faz parte de coletivos, organizações e movimentos sociais? Como as pessoas podem atuar, como indivíduos, e qual a importância da organização coletiva?

Célio Turino: Tem um verso do poema “A Rosa do Povo”, do Carlos Drummond de Andrade, que eu gosto muito. Diz assim: “São tão fortes as coisas! Mas eu não sou as coisas e me revolto.”

Penso que o primeiro passo é não se deixar coisificar, não entrar nesse mundo do consumismo, individualismo, hedonismo e da competição a qualquer custo.

Um segundo passo é ter uma postura diferenciada em relação ao planeta, avaliar como a gente pode mudar nossas atitudes aqui e agora: desde separar resíduos até reduzir o consumo de carne, ter uma vida mais frugal, sem consumismo.

Terceiro, olhar com mais consciência para o ambiente político, ter mais responsabilidade no voto, perceber a implicação de suas decisões, se informar melhor, construir candidaturas melhores, e não olhar só para a eleição presidencial.

O chamado campo progressista tem de 120 a 140 votos [na Câmara dos Deputados]. Essa bancada precisa ser ampliada, mas não adianta renovar tudo. É preciso uma diversidade complementar, que junte representatividade e renovação com experiência e capacidade de articulação.

Qual o caminho para esperar o futuro, diante de retrocessos?

Célio Turino: A capacidade de sonhar. Para isso, precisamos de contatos intergeracionais. O mundo, nos últimos tempos, segregou muito as pessoas, e isso trouxe muito desamparo. Vejo que a juventude está muito perdida, sem capacidade de sonhar e esperar.

Chegamos até aqui, e o Brasil teve muitos avanços, em função de períodos de sonhos e esperanças. Os últimos 40 anos foram intensos, com muita transformação.

De 1970 a 1980, falar em posto de saúde, sistema público de saúde, era "coisa de comunista". Pessoas morreram para defender isso. Sem conexão entre as gerações, as pessoas perdem a dimensão disso.

Precisamos perseverar. Primeiro, por necessidade, porque se não a vida vai piorar, mas também porque o mundo tem que ser bom e justo para todos.

Cabemos todos neste planeta – nós, humanos, e outros seres também, que estão padecendo por decisões nossas.



Célio Turino.
Foto: Arquivo pessoal

Acesse os *podcasts*
e documentários do
Instituto Casa Comum:

institutocasacomum.org/

NÚMEROS EXPRESSAM AS VÁRIAS FACETAS DA CRISE BRASILEIRA

O Brasil não vive apenas uma crise econômica. Diversos estudos apontam retrocessos em políticas públicas, na proteção ambiental e na garantia de direitos fundamentais, com impactos desiguais sobre a população.

Confira um panorama das condições de vida no país e os desafios em diferentes campos:

Renda

O país terminou o ano de 2021 com 12 milhões de desempregados. Famílias que perderam renda durante a pandemia tiveram direito a um auxílio emergencial, mas, na maioria dos casos, houve perda de renda em relação aos anos anteriores.

Queda de **3,4%**

no rendimento médio mensal da população em 2020, chegando a

R\$ 2.213

menor patamar desde 2012.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE



Gênero

Diferentes indicadores mostram que enfrentar a desigualdade de gênero é um desafio permanente no Brasil. A comparação com outros países mostra que os avanços ocorrem a passos lentos.



Aumento de **3,8%** no déficit habitacional entre 2019 e 2021.

De **5,877** milhões de moradias

para **6,102** milhões

Fonte: TCP Partners, estimativa a partir de dados da Fundação João Pinheiro

Em 2020, **49,6%** da riqueza do Brasil ficou concentrada na mão do 1% mais rico.



Em 2019, eles tinham **46,9%**

Fonte: Global Wealth Report 2021/Credit Suisse

Moradia

Considerada uma vitória dos movimentos sociais, a suspensão dos despejos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não foi suficiente para evitar que milhões de pessoas passassem a viver em situação de rua.

Embora representem **52,5%** do eleitorado, as mulheres ocupam apenas



16,51%



dos assentos nas câmaras municipais.

O Brasil é o **142º** entre 192 países analisados no ranking de representatividade feminina no Parlamento.

Fonte: TSE/Mapa das Mulheres na Política, da ONU



Violência

O discurso armamentista já produz efeitos nas estatísticas. O número de armas nas mãos de civis passou de 637 mil em 2017 para 1,2 milhão em 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Entre 2019 e 2020, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi

162%

maior que entre não negras.

Fonte: Atlas da Violência/Ipea



Entre 2006 e 2021, o Brasil caiu **26** posições no ranking global de igualdade de gênero:

da **67ª** para a **93ª** posição.

Fonte: Fórum Econômico Mundial

Na média de 2021, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Há 13 anos, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Em 2021, foram



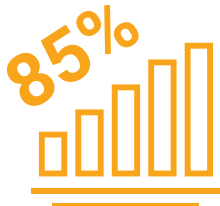
140

assassinatos.



Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Número de brasileiros passando fome cresceu



entre 2018 e 2020, o que significou 8,8 milhões de pessoas a mais em situação de insegurança alimentar grave.

Fonte: Rede Penssan

Fome

A inflação, o desemprego e o desmonte de políticas para garantir a soberania alimentar esvaziaram o prato de milhões de famílias, com reflexos sobre a saúde das crianças.

Desmatamento na Amazônia em 2021 foi o pior em 10 anos, com crescimento de

29%

em relação a 2020.

Fonte: Imazon



85%

dos brasileiros reduziram o consumo de algum item alimentício ao longo de 2021.

Fonte: Datafolha

Área ocupada pelo garimpo ilegal em terras indígenas aumentou

5x

de 2010 a 2020.

Fonte: MapBiomas



Defesa de direitos

Os retrocessos políticos do Brasil se expressam não apenas em dados de institutos especializados, que comparam o ambiente democrático em diferentes países, mas também nos números da violência contra ativistas.

Um ativista brasileiro em defesa dos direitos humanos foi assassinado a cada oito dias entre 2015 e 2019. A média é a segunda mais alta do mundo para o período, atrás apenas da Colômbia.

Fonte: Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos



Dos 227 assassinatos de defensores do meio ambiente no mundo, em 2020, 20 ocorreram em território brasileiro, o que coloca o país em

4º

lugar na lista dos mais perigosos do mundo para ambientalistas.

Fonte: ONG Global Witness



Meio ambiente

O desinvestimento no setor de fiscalização ambiental agrava o cenário de degradações ambientais, com consequências mais severas para famílias em situação de vulnerabilidade.

EM PAUTA

REPENSAR O SISTEMA DE JUSTIÇA E ENVOLVER JUVENTUDES SÃO PASSOS FUNDAMENTAIS NA DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS E DEMOCRACIA

Por Maria Victória Oliveira

Marcha de abertura do Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador (BA). Foto: Reprodução Flickr FSM

Eventos temáticos do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), pautam os papéis das novas gerações e organizações da sociedade civil na construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Debater sobre justiça e democracia é sempre fundamental. Porém, o contexto atual torna esse diálogo ainda mais urgente e improrrogável. Afinal, estamos falando de um cenário de caos: uma crise sanitária global que adoeceu mais de 448 milhões e vitimou 6 milhões de pessoas ao redor do mundo; ascensão e multiplicação de movimentos autoritários de extrema direita; eclosão de uma guerra envolvendo potências nucleares que acende o alerta para novas ondas de migração, com milhares de refugiados abandonando suas casas; entre tantos outros desafios.

Para trazer à tona essas reflexões, a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi palco de dois eventos temáticos como parte do Fórum Social Mundial (FSM): o Fórum Social das Resistências (FSR) e o Fórum Social Mundial: Justiça e Democracia (FSMJ), ambos pautados pela urgência de repensar, dialogar e criar novas relações sociais; realizados entre 26 e 30 de abril.

O primeiro teve como objetivo criar um espaço de articulação, divulgação e ampliação de todas as formas de resistências criadas pelos movimentos culturais, ambientais, políticos e sociais no Brasil e na América Latina, dialogando sobre os direitos dos povos e do planeta.

Já o segundo, por entender que há um cenário de desequilíbrio social, reuniu movimentos e organizações da sociedade civil (OSCs) com o objetivo de promover conexões e diálogos para a construção de um sistema de justiça de combate às desigualdades, garantia de um meio ambiente equilibrado e, com isso, promoção de uma vida social plena para todos.

“Esses encontros são muito importantes, porque pensam a base da sociedade que se mobiliza, que expressa o seu sofrimento, seus sonhos e utopias, e a forma que o Estado responde ou não a tudo isso. A justiça e a democracia sempre estiveram no horizonte de um outro mundo possível”, reflete Rita Freire, membro da Comissão Internacional do

Fórum Social Mundial pela rede Ciranda.net e integrante de coletivos facilitadores do FSM e FSMJD.

Com a permanência da pandemia em 2022, o início de uma guerra e ainda novas eleições em diversos países do mundo, André Leão, defensor público federal, membro do Coletivo Defensores/as pela Democracia e do comitê facilitador do FSMJD, enfatiza: “Debater justiça, democracia, direitos dos povos e do planeta, nesse momento, é essencial para começarmos a desenhar o modelo de sociedade em que viveremos nos próximos anos ou, como prefere Ailton Krenak [líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor brasileiro], para adiarmos o fim do mundo.”

Justiça para quem?

“Eu acredito que hoje o mundo está se perguntando o que é e para quem é a justiça, porque o direito pode ser usado para produzir o efeito inverso daquilo que se deseja”, expõe Rita Freire. Segundo ela, inúmeros acontecimentos políticos no Brasil, na América Latina e no mundo têm usado leis e constituições, ou seja, instrumentos legais para justificar ataques ao próprio estado democrático.

“Os dois fóruns fazem justamente esse debate sobre como resistir a partir da força dos movimentos sociais e da sociedade civil para incidir no modo como o Estado e as relações funcionam, inclusive propondo outros e novos modelos de organização da sociedade, do Estado, da política e das comunidades”, afirma.

“O método pode ser chamado de *Lawfare*, isto é, uma guerra travada com e pelo Judiciário para afastar do espaço do debate democrático todas as pessoas apontadas como inimigas ou adversárias políticas”, completa André sobre a ação de articulações conservadoras.

A importância de pensar o sistema de justiça também é reforçada por Manoela Silva, advogada e ativista idealizadora do Corona Amor, um projeto que, desde março de 2020, auxilia a população em situação de rua, que aumentou exponencialmente em razão da pandemia de Covid-19: um crescimento de 31% no número de pessoas desabrigadas de São Paulo durante o período, segundo dados do Censo encomendado pela prefeitura.

“A atuação dos sistemas de justiça deve ser analisada para que, a cada dia, possamos dar a todos um acesso digno, justo e equânime ao Judiciário. Não se pode fechar os olhos à realidade do processo penal brasileiro, onde a imensa maioria dos réus não possui condições de arcar com os honorários de um advogado constituído, passando a ser patrocinados pela Defensoria Pública, que tem inúmeras demandas.”

Para Manoela, é somente realizando esses debates que se poderá atenuar desigualdades, promover o acesso à cidade pelas populações periféricas, quilombolas, ribeirinhas, pretas, indígenas e pela população que vive em situação de rua, bem como a garantia de direitos e acessibilidade de pessoas com deficiências.

Protagonismo jovem

Existem duas formas de participar dos fóruns sociais em Porto Alegre: individualmente ou via um coletivo ou organização. Isso facilita que todos os interessados possam se engajar nos debates e assistir aos painéis e atividades.

André explica que uma das principais características desses eventos é a horizontalidade, que não permite qualquer tipo de hierarquia, seja de idade ou de experiência.

“Historicamente, a juventude foi o verdadeiro motor das grandes transformações sociais. Se é mesmo possível construir um outro mundo, essa construção não pode ser realizada sem a participação dos jovens, que é fundamental não apenas no encontro presencial, mas, especialmente, na construção de todo o Fórum”, expõe.

O defensor comenta, ainda, que o fórum permite identificar projetos comuns de construção de um novo modelo de sociedade, mais fraterno, solidário, social e ambientalmente responsável.

Já de acordo com Manoela, apesar de a juventude ser competente e estar sempre equipada de ideias, pensamentos e muito conhecimento, é necessário promover espaços de escuta para eles. “Suas ideias, medos e anseios precisam ter voz nas conversas e em todas as rodas de decisão. As juventudes se preocupam com os direitos fundamentais e protetivos, que garantam o mínimo necessário para o indivíduo existir de forma digna dentro da sociedade e do país em que vivemos, com uma sensibilidade para as diferenças”, expõe.

A advogada reforça, ainda, que essa geração não pode ser perdida. A afirmação é comprovada por trecho da pesquisa *Jovens: Percepções e Políticas Públicas*, da FGV Social, que aponta: “O tamanho da população jovem brasileira nunca foi, e nunca será, tão grande quanto o de hoje, correspondendo a cerca de 50 milhões de pessoas na faixa entre 15 e 29 anos de idade, cerca de 26% de nossa população.”

Cerca de 50 milhões de pessoas estão na faixa entre 15 e 29 anos de idade no Brasil, o que corresponde a 26% da população.



No processo penal brasileiro, a imensa maioria dos réus não possui condições de arcar com os honorários de um advogado constituído, passando a ser patrocinados pela Defensoria Pública, que tem inúmeras demandas.

Manoela Silva, advogada e ativista idealizadora do Corona Amor



Se é mesmo possível construir um outro mundo, essa construção não pode ser realizada sem a participação dos jovens.

André Leão, defensor público federal, membro do Coletivo Defensores/as pela Democracia e do comitê facilitador do FSMJD

“Vivemos em um país estruturalmente racista, machista, preconceituoso, homofóbico e transfóbico, e essa geração tem se comprometido a fazer trabalhos de escuta, principalmente, ir à luta para que seja ouvida. Sabemos que nas periferias, muitas vezes, essas conversas não chegam, e a juventude tem se preocupado em fazer os movimentos tanto nas áreas periféricas, quanto levar essas vozes para outros lugares, para outros espaços. É imperioso que tenhamos um trabalho de continuidade e de atenção a isso. Até porque, se não fizermos a troca de falas e de escutas, não poderemos buscar uma equidade e uma justiça social”, afirma Manoela.

Aprendizado conjunto

Para Rita Freire, a realização dos fóruns, ao longo dos anos, possibilitou o aprendizado conjunto. Ela explica que muitas organizações não se davam conta de que atuavam na mesma área ou tema, e passaram a se conhecer e se articular a partir das vivências nos eventos.

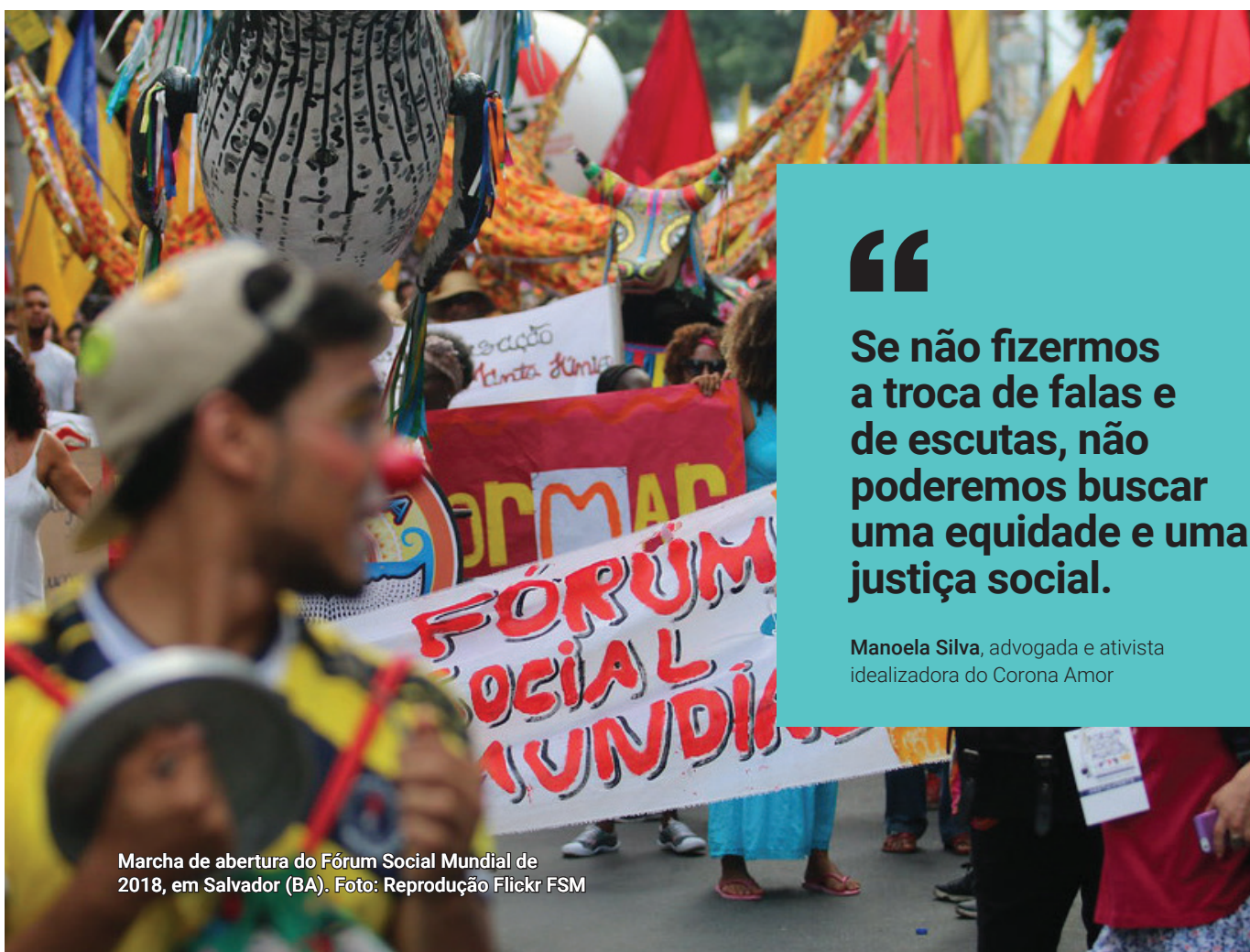
“O Fórum Social Mundial foi relevante, por exemplo, para a articulação entre as mulheres com o movimento feminista e também para os movimentos indígenas, que inclusive organi-

zaram e foram protagonistas do fórum em Belém [em 2009]. Mesmo vivendo próximos na mesma região, não tinham contato, não compartilhavam seus interesses e não tinham uma avaliação de como estavam sendo tratados no país como um todo. O fórum foi importante para isso”, pontua.

A integrante da comissão internacional do evento também ressalta o valor dessa articulação para os meios de comunicação. Segundo Rita, o que vinha sendo construído no sentido de cobrar do poder público uma organização democrática do sistema de comunicação e também garantia de autonomia para a comunicação pública sofreu um processo de desmonte.

“Nós precisamos de uma mídia diversificada que seja controlada pela sociedade. O fórum é muito importante para travar esse debate, pois o evento é composto não só por organizações da comunicação, mas por instituições dos diversos setores da sociedade, que estão reivindicando esse direito de fala não contaminada pelo governo ou pelo mercado e a necessidade de lucrar com a informação.”

Rita completa ao afirmar que movimentos e organizações sociais devem tirar dos eventos de Porto Alegre elementos para o debate do mundo político e cobrar que as recomendações criadas nos fóruns sociais sejam consideradas e de fato implementadas.



“

Se não fizermos a troca de falas e de escutas, não poderemos buscar uma equidade e uma justiça social.

Manoela Silva, advogada e ativista idealizadora do Corona Amor

Marcha de abertura do Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador (BA). Foto: Reprodução Flickr FSM

EM PAUTA

POPULAÇÃO DE RUA É EM BUSCA POR MORADIA CRESCER COM A PANDEMIA

Por Elvis Marques

Guilherme Brasil, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), percebeu a mudança de perfil das pessoas que hoje estão vivendo na rua: “são famílias inteiras”.



O Sefras mantém um serviço de acolhimento para população em situação de rua, no centro de São Paulo (SP). O Sefras Pop Rua, popularmente conhecido como “Chá do Padre”, é um espaço de acolhida, escuta e partilha, que oferece alimentação e assistência todos os dias, das 7h às 19h, na Rua Riachuelo, 268.

Em São Paulo, segundo dados recentes da Prefeitura, nos dois últimos anos, cresceu em 31% a população em situação de rua. Atualmente há 31.884 pessoas sem teto na cidade; em 2019, eram 24.344 pessoas. Esse aumento de 7.540 equivale a toda a população sem uma casa no Rio de Janeiro em 2020.

De acordo com o último levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no início da pandemia, no país, o número total de pessoas em situação de rua era de aproximadamente 221.869. Cerca de 30% dessas pessoas não estavam incluídas no CadÚnico, ferramenta do governo federal que reúne informações sobre a população em situação de vulnerabilidade.

Guilherme Brasil, coordenador estadual do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) de São Paulo, observou muita gente chegar ao movimento nesse período de pandemia de Covid-19. As justificativas eram, no geral, a perda do emprego, valor do aluguel, violência doméstica e a própria convivência familiar. “As mulheres que antes, pelo fato de trabalharem, não ficavam muito em casa, com a pandemia, precisavam ficar mais em suas residências, viram os casos de violência aumentarem.”

A percepção de Guilherme pode ser traduzida nos recentes dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na véspera do Dia Internacional da Mulher. Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram registrados 2.451 casos de feminicídio e 100.398 de estupro.

Ocupações e despejos

Segundo dados da Campanha Despejo Zero - em defesa da vida no campo e na cidade, mais de 123 mil famílias estão ameaçadas de despejo no Brasil. As informações foram sistematizadas entre março de 2020 e outubro de 2021. O estado com o maior número de possibilidades de remoções é São Paulo, com 36.883 casos, seguido pelo Amazonas, com 19.173, e, em terceiro, Pernambuco, 9.299.

“Os aumentos dos aluguéis geraram muitos despejos, que, por sua vez, refletiram em ocupações espontâneas ou organizadas por movimentos populares. Só o nosso movimento, durante a pandemia, realizou 18 ocupações, sendo cinco em São Paulo”, analisa Guilherme.

Durante o período pandêmico foi aprovado o Projeto de Lei (PL) nº 14.216/2021, conhecido como PL dos Despejos (nº 827/2020), promulgado em outubro de 2021 após a derrubada, pelo Congresso Federal, do veto integral do presidente Bolsonaro ao texto da lei. Defensora da lei, a Campanha entende que a garantia da moradia é essencial para minimizar os impactos mais duros das crises social e sanitária, que atingem com mais força a população de baixa renda.

O coordenador do MLB considera ainda uma mudança de perfil das pessoas que vivem nas ruas e que buscam apoio

dos movimentos populares. Segundo ele, antes se viam mais homens solteiros nessa situação. “Hoje a gente tem visto famílias inteiras na rua. Crianças, mulheres, homens sem acesso à moradia. Inclusive, um dos principais exemplos é a Praça da Sé [em SP], onde sempre houve muitas pessoas em situação de rua por ser um lugar central, e que de alguma forma elas têm acesso a doações de quem se solidariza com o problema. Agora, triplicou o número de pessoas nesse lugar.”

81,5% da população em situação de rua está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente nas regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%).

Fonte: CadÚnico.

O número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre 2012 e março de 2020.

Fonte: Ipea.

Desigualdade no acesso a um lar

Goiânia já figurou entre as cidades mais desiguais da América Latina, conforme o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). Rogério Cunha, membro do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), atua há 13 anos na luta por moradia no estado de Goiás. A sua primeira ocupação foi em uma maternidade abandonada em Aparecida de Goiânia, na região metropolitana da capital.

“Um lugar onde havia sido gasto mais de seis milhões de reais, e o movimento fez ocupação desse lugar para reivindicar que aquela estrutura pudesse ser transformada em moradia popular. Ou que a obra fosse retomada e destinada para a área da saúde. E ali nós tivemos uma grande conquista, o espaço se tornou o Centro de Especialidades de Aparecida, uma conquista do MTST e do povo que lutou”, relembra.

A vitória mencionada por Rogério contrasta com as violações de direitos numa região marcada pelo conflito com quem quer uma casa. Em 2022, completam-se 17 anos desde a operação policial de desocupação do Parque Oeste



Rogério Cunha, liderança do MTST de Goiás, com camiseta vermelha e boné preto, no centro da imagem, durante assembleia geral do movimento. Foto: MTST Goiás

Industrial, em Goiânia. E há pouco mais de um ano, 464 famílias que viviam na localidade receberam escrituras das casas conquistadas no Residencial Real Conquista, na região Sudoeste da capital.

A Operação Inquietação, responsável pelo despejo das famílias, resultou em 2 pessoas mortas, 16 feridas por arma de fogo, 1 paraplégica e 800 detidas. “A luta por moradia aqui é muito desigual. Além de lidar com essas turbulências policiais, como no caso do Parque Oeste Industrial, tem a forte especulação imobiliária. Os donos de imobiliárias financiam campanhas de vereadores e de prefeitos para que de fato possam chegar ao poder e não dar moradia para o povo mais pobre”, avalia Rogério.

Trabalho de base

Para esse ano, Rogério aposta na intensificação do trabalho de base junto à população goiana, com o objetivo de agregar mais pessoas à luta por moradia digna. “Precisamos nos organizar melhor e cobrar do Estado e dos governantes mais políticas públicas habitacionais, principalmente voltadas à habitação popular. E quando se fala em habitação popular, envolve saúde, educação, cultura e lazer.”

Em um ano de eleição, a perspectiva para os próximos meses, segundo Guilherme, é construir mais lutas do que no

ano passado. “Mesmo que exista um movimento grande dos parlamentares e do Executivo nessa área, neste ano eleitoral, o movimento de moradia não tem nenhuma garantia de conquista, além da luta em si, das ocupações de terrenos, prédios e imóveis que não cumprem função social.”

Guilherme propõe projetos para fortalecer a pauta da casa própria, como a taxaço das grandes fortunas e a destinação para a área social, como a moradia. Além disso, ele aponta retrocessos em programas habitacionais. “Você tem diversos programas que foram sucateados, e há um nível muito baixo de verba para que os estados e municípios possam investir na área. Não há outra saída para qualquer movimento de moradia que não seja a luta, ocupações e o debate com a sociedade.”

Para além de tentar pôr na ordem do dia o debate, o MLB destaca a importância da população e das organizações da sociedade civil no processo político. O movimento, por exemplo, fundou, em 2019, o partido chamado Unidade Popular. “O objetivo é falar o que o povo acredita e qualquer saída para livrar o povo dessa situação atual que a gente vive é importante”, explica o coordenador.

Em consonância com Guilherme, o líder do MTST acredita que para avançar nas pautas sociais é preciso a união da sociedade. “Enquanto tiver uma pessoa sem moradia, eu estarei fazendo luta junto.”

NA PRÁTICA

INICIATIVAS UNEM ENFRENTAMENTO À FOME E COMUNICAÇÃO POPULAR

Por Elvis Marques

Prefeitura da Cidade de Goiás (GO) promove o vale feira, que contribui com os produtores rurais e com as famílias que precisam colocar alimentos na mesa. Foto: Dagmar Talga



O ano é 2022 e o Brasil tem fome. Oito anos após o país deixar de figurar no Mapa da Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU), a falta de alimentos volta a bater na porta dos brasileiros e brasileiras. Durante a pandemia de Covid-19, segundo levantamento divulgado pelo *Food for Justice – Power, Politics and Food Inequality in a Bioeconomy*, da Universidade Livre de Berlim, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB), cerca de 13,6% da população ficou, pelo menos, um dia sem refeição entre agosto e outubro de 2020.

Experiências de agroecologia, aliadas com políticas públicas municipais, têm contribuído e proposto mudanças diante desse cenário de falta do que comer. Mais do que proposições, organizações da sociedade civil debatem, a partir da fome, temas pertinentes como a desigualdade. A comunicação entra nesse contexto como potencializadora das boas práticas. Confira.

Incidência municipal

Política pública, alimentação saudável e acessível. O projeto Agroecologia nos Municípios, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), já acumula 686 experiências em todas as regiões do país. A iniciativa é baseada em três verbos: promover, apoiar e sistematizar os processos de mobilização e incidência política em nível municipal. A ação visa o aprimoramento de Projetos de Lei (PLs) e programas de fomento à agricultura familiar e à soberania alimentar e nutricional.

A agroecologia é desenvolvida há séculos por povos e comunidades tradicionais no Brasil. A técnica não pode ser resumida apenas ao modelo de produção. Para Flavia Londres, integrante da secretaria executiva da ANA, a agroecologia vai além de plantar sem veneno e com sementes passadas de geração em geração.

“A agroecologia implica no fortalecimento dos povos tradicionais do campo, de seus direitos, das relações justas de trabalho e renda e na luta contra a violência das mulheres. Afirmamos com muita segurança que sem feminismo não há agroecologia”, considera Flavia.

No site da articulação, é possível visualizar as experiências agroecológicas por estados, municípios, biomas, bacias hidrográficas e microrregiões. Assim, você pode ver e conhecer a mais próxima. O portal traz diversas publicações e ilustrações que podem ser baixadas e contribuir com a sua comunidade ou organização, como o Caderno 2 de Incidência e Participação Social e Popular.



[Saiba mais]

- Agroecologia nos Municípios: agroecologia.org.br
- Publicações: <https://bit.ly/3pQjpX2>

Sisteminha que alimenta

Em alinhamento com a experiência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), encontra-se o Sisteminha, nome carinhoso dado à unidade demonstrativa do Sistema Integrado Alternativo para a Produção de Alimentos, situado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Meio-Norte no Parnaíba (PI).

O projeto foi idealizado para testar e comparar as ações de transferência de tecnologia que envolvem simultaneamente indígenas, extensionistas e moradores do entorno do órgão público. “Essa é uma ferramenta de combate à fome e à pobreza utilizada desde 2008 no Brasil, África e América Latina”, afirma Luiz Guilherme, membro da Embrapa.

O Sisteminha traz várias possibilidades para quem deseja transformar, por exemplo, o seu quintal ou a sua terra em um local produtivo. O diferencial dessa ini-

ciativa é a pessoa conseguir produzir ou criar animais de forma miniaturizada, como um pequeno tanque de peixe, com custo baixo, e que contribui para a família se alimentar de forma recorrente com uma proteína.

Para as pessoas interessadas, a Embrapa oferece um curso gratuito, de forma online e dividido em 11 módulos. Durante as aulas, os alunos aprenderão desde a criação de porquinhos-da-índia até a produção de vegetais.



[Saiba mais]

- Sisteminha: sisteminha.org

Voz aos camponeses

Com importantes iniciativas como essas, é preciso comunicá-las para que inspirem mais pessoas. Jovens em Comunicação é uma ação desenvolvida pela Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) junto à juventude camponesa do extremo norte do estado, região conhecida como Bico do Papagaio.

Em 2015, o primeiro passo dessa atividade foi a formação de um grupo de jovens, com módulos presenciais e atividades nas próprias comunidades. Ao longo de seis encontros, os participantes discutiram o exercício da comunicação e passaram por oficinas de escrita, fotografia e vídeo. Em suas casas, no campo, a juventude experimentou a produção de diversos conteúdos. A primeira pauta foi a divulgação de práticas agroecológicas aliadas à geração de renda.

Atualmente, aqueles iniciantes na comunicação integram o Grupo de Trabalho (GT) de Juventudes Rurais do Bico do Papagaio, criado a partir do próprio desejo de se organizarem. A APA-TO contribui com o apoio e assessoria, mas a coordenação do coletivo é desenvolvida por 15 pessoas da localidade. São quilombolas, acampados, assentados, quebradeiras de coco, agricultores familiares – uma diversidade de identidades camponesas que busca a inserção juvenil nos movimentos sociais e realiza um trabalho de formação com as bases de suas comunidades.

“Eles mesmos percebem que as ferramentas de comunicação são um caminho para a organização das juventudes. A diversidade de jovens que compõe o GT ajuda a fortalecer uma teia de saberes e articulação”, aponta Yuki Ishii, da coordenação do programa mulheres e juventude da APA-TO. Neste ano, a entidade já pensa em novas ações de educomunicação voltadas para esse público.



[Saiba mais]

- Página no Instagram: [@gtdasjuventudesruraisdobico](https://www.instagram.com/gtdasjuventudesruraisdobico)
- Site: jovensemcomunicacao.wordpress.com
- APA-TO: apato.org.br

EM PERSPECTIVA

A PERIFERIA TEM O ROSTO DE UMA MULHER NEGRA

Por Bianca Pedrina

Família do Complexo Jardim Elba,
periferia da zona leste de São Paulo
(SP). Foto: Naná Prudêncio

A periferia nasceu do ventre de uma mulher preta, que deu à luz, nutriu, amparou e cuidou de toda a comunidade. Mesmo sendo vista pelos de fora como o elo mais fraco, é a mão negra que sustenta a economia do cuidado e, apesar de marginalizada, impulsiona uma engrenagem econômica de poder.

Mulheres instaladas na base da pirâmide de direitos, mas que são suporte da estrutura que retira das mais pobres, para continuar perpetuando privilégios e mantendo riqueza. Mulheres expostas durante a pandemia para garantir a comida na mesa. Invisíveis pela cor da sua pele, mas imprescindíveis para o sistema que as explora.

Mulheres que são arrimo de família, que enfrentam, mesmo cansadas, a batalha diária de trabalhar fora e dentro de casa, sendo o segundo muitas vezes não reconhecido, e que chamamos de economia do cuidado. Cozinhar, lavar, passar, amamentar, atividades que, entre várias outras, são invisíveis para a sociedade, mas são elas que garantem o crescimento da economia de qualquer país do mundo. Afinal, qualquer pessoa que produz riquezas teve alguém que garantiu seus cuidados da infância à fase adulta. Esse trabalho não visto equivale a pelo menos 11% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todas as riquezas do país.

Os números comprovam que é ainda a mulher pobre, preta e favelada quem configura os piores índices de acesso ao básico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), de 2019, um em cada quatro brasileiros era pobre. Mesmo esse número tendo caído nos últimos anos, as mulheres ainda são maioria (51,7%). Com o recorte de raça, as mulheres negras e pardas encontram-se mais vulneráveis, pois mesmo representando 28,7% da população, são as mais atingidas pela pobreza e representam 38,1% nessa situação.

Nas periferias, a falta de acesso regular aos alimentos, além da quantidade e qualidade insuficiente, tornou-se ainda mais comum nas casas no contexto pandêmico. Segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os mais pobres foram impactados pela alta dos preços dos alimentos em domicílios, energia elétrica, gás e medicamentos durante a crise sanitária e social. Em um ano, a inflação para famílias mais pobres chegou a 10,63%.

No cenário da pandemia, em que os números econômicos (como a alta dos preços dos alimentos) e sociais pioraram, ainda são as mulheres que seguiram sustentando e cuidando de alguém. Dados levantados pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Gênero e Número, veículo de jornalismo de dados, na pesquisa "Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia", mostram que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de parentes nesse período em 2020.

Se, por um lado, tudo aponta para que as mulheres sejam o elo mais fraco, por outro, é delas que parte o movimento que é o retrato em muitas periferias brasileiras: o bom e velho "nós por nós". Elas se uniram para distribuir cestas básicas e minimizar os impactos causados pela falta de dinheiro e alimento.

Um exemplo de organização liderada por mulheres é o Lar Maria e Sininha, associação sem fins lucrativos localizada no bairro Jardim Mata Virgem, extremo sul da capital paulista, que distribuiu cestas básicas para 80 famílias com um *kit* de alimentação e limpeza. Sem apoio do poder público, arrecadações e doações de pessoas físicas viabilizaram a ação.

Assim como o Quilombo da Parada, na zona norte da cidade de São Paulo, também coordenado por mulheres, se tornou ponto de apoio e acolhida a dezenas de famílias vizinhas do espaço, principalmente com a doação de cestas básicas.

Periferia é o lugar para onde vai quem está à margem de direitos. Uma geografia que define quem somos a partir de nossas vulnerabilidades e habilidades, advindas da sede de sobrevivência.

Sobreviver em meio a marcadores sociais tão perversos é também se mostrar frágil. Não somos super-heroínas. Cair em meio a tanta vulnerabilidade também compõe nossa trajetória. Nos chamam de guerreiras para justificar que o fardo continue sendo nosso. Sustentar a estrutura de opressão é pesado, mas falar de periferia é narrar a vida de quem aprende desde muito cedo o que é persistir para existir.

Bianca Pedrina é jornalista graduada pela Unisant'Anna, atuou como correspondente da Agência Mural de Jornalismo das Periferias e com comunicação sindical. É cofundadora e gestora operacional do "Nós, mulheres da periferia", redação jornalística de mulheres periféricas com olhar para temas importantes no Brasil e no mundo.

EM PERSPECTIVA

A ENCANTADORA CAMINHADA EM DIREÇÃO À NOSSA CASA COMUM

Por Eliane de Moura Martins

Atendimento à população idosa no Sefras - Ação Social Franciscana.
Foto: Acervo Sefras

Eliane de Moura Martins é graduada em História, com mestrado e doutorado em Sociologia, militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD).



Início a escrita deste artigo como se estivesse em um encontro presencial, desses que sentimos falta, porque neles também há abraços. Começo por dizer quem lhes escreve e por que, seguindo por uma observação sobre as reações comuns das vozes da classe trabalhadora nos últimos oito anos e, por fim, aponto alguns desafios sobre a decisão de retorno à nossa Casa Comum.

Quem lhes escreve é uma mulher de 48 anos, vinda do interior agrário do Rio Grande do Sul, de uma comunidade de poucos recursos materiais e grande em solidariedades. A Teologia da Libertação chegou nesse pedaço do Brasil profundo e tocou nossas almas. Desde lá, é toda uma vida de relações, maternidade, militância, lutas, de descansar jardinando, onde faz sentido a humanização e o equilíbrio com a natureza.

E por ser parte dessa caminhada herdada e honrada, estamos nos encontrando na primeira edição da Revista Casa Comum para uma conversa inquieta desde nossas responsabilidades com as ações de resistência e dos rumos da estratégia do esperar. Nessa inquietação, compartilho algumas observações repetidas nas vozes de uma multidão de pessoas que, historicamente, viveram uma situação de exploração, exclusão e violação.

Nos últimos anos, se repetem duas ideias: *precisamos retomar o trabalho de base e a formação com organização política*, em reuniões e atividades de espaços sindicais, partidários, eclesiais, pastorais, dos movimentos populares. Se precisamos retomar, é porque os tivemos e os deixamos. E por que os deixamos? As respostas em geral estão localizadas nos outros, institucionalizados, corrompidos, burocratizados e pouco no caráter da luta de classes.

Há três décadas, vivemos sob o capitalismo neoliberal, que tornou a crise um meio de prosseguir sua trajetória sem limitações, compensações, compromissos ou contrapartidas, sob seu rastro de destruições desta vida humana e ambiental. Esse meio mutila e comprime a vida no egoísmo social, organiza uma ordem de sofrimentos, adoecimentos e nos divide entre indivíduos fracassados e bem-sucedidos, enfraquece a solidariedade, as políticas públicas de redistribuição e as formas organizativas da classe trabalhadora.

Resulta em uma classe cindida, sob uma estrutura antidemocrática que assegura o desmonte dos espaços de negociação das regras da exploração e produtora de cerca de 70 milhões de pessoas, como excedente de força de trabalho, cuja gestão envolve a superexploração, o encarceramento em massas e a eliminação física, sobretudo da juventude negra. Tudo sob a mensagem de que a sobrevivência é um problema individual.

Esse mesmo modelo de mortes e infelicidades impõe o desmantelar das leis e códigos que colocavam barreiras às explorações indiscriminadas e às devastações dos bens naturais e coletivos. Trata a natureza como uma força inimiga a ser “domada”, como ativos a serem explorados, não importando que tenha passado do ponto limite de sua

regeneração. Por isso, se combinam os esforços em priorizarmos tanto o trabalho de organização e conscientização popular como o da criação das condições ecológicas para o regenerar de nossa Casa Comum.

Nesse sentido, observamos o nosso desafio de organização, consciência e força popular adequadas para resistirmos no “hoje” e esperarmos o “amanhã”. Acolhemos o desafio de fazermos algo, as convocações do Papa Francisco, revisitamos o pensamento de Paulo Freire e, nisso, percebemos nossas contradições. Em geral, temos propostas, cartilhas e agendas prontas e parece só faltar pessoas e grupos organizados para levá-las em frente e, sem querer, alimentamos a lógica de fazer *para o povo*, o caminho do atraso ao retorno à Casa Comum, porque o trabalho *com o povo* é mais lento, sensível e passa pela superação das fragmentações da esquerda e o acerto do passo no rumo da estratégia política desse retorno.

Acertar esse passo implica em uma agenda de (re)conexões com o nosso povo e, possivelmente, isso passa por ações de solidariedade, como valor, e práticas que disputam a luta pela sobrevivência, como uma cultura política coletiva. A solidariedade abre uma porta inicial de encontro entre diferentes grupos humanos, com seus conhecimentos e experiências a serem sintonizados na metodologia da práxis, porque as ações são refletidas em como as fazemos, o que estão nos ensinando para atualizarmos o trabalho de base de caráter emancipador em nosso país.

O desafio de concebermos o trabalho de base como educação popular, feito por uma nova geração de pessoas e grupos organizados e preparados sob a cultura da política vivida não como privilégio, e sim como construção de formas de participação, de tomada de decisões em conjunto, de divisão de tarefas e responsabilidades, de avaliação e reflexão dos processos, ou seja, de uma práxis de poder popular.

Devemos conceber trabalho de base como educação popular, porque é ferramenta de des-silenciamentos do povo brasileiro, de enfrentamento da posição de espectador da política para a posição consciente da participação crítica e integral, como caminho sustentável para retornarmos à nossa Casa Comum. Esse retorno requer outras posturas e modos de vivermos em sociedade, em uma transição de combates à liberdade do lucro, da produção desenfreada de mercadorias, do descarte de coisas, pessoas e natureza.

A estratégia de retorno à Casa Comum é a reorganização da produção e da vida em sociedade, na qual o equilíbrio entre as reais necessidades humanas e as da natureza passam a ser o centro. Isso não significa propormos uma vida de escassez, significa lutarmos por uma vida sem alienações, sem falsas necessidades. Uma vida integral, com sentidos, em que a resistência alimenta a esperança, esse jardim que está em mim, em você, está em nós, germinado a mística da agrofloresta das transformações dessa caminhada encantadora em direção à nossa Casa Comum.

MOBILIZE-SE

POLÍTICA ALÉM DO VOTO: CONHEÇA INICIATIVAS DE ENGAJAMENTO SOCIAL E FAÇA VALER SUA VOZ

Espaços coletivos de debate, acompanhamento e mobilização têm papel fundamental na garantia de direitos.

Por Daniel Giovanaz

Manifestação na Avenida Paulista em protesto ao assassinato da vereadora Marielle Franco, em São Paulo (SP), 2018. Foto: Andressa Zumpano

O que vem à cabeça quando você ouve falar em “exercer a cidadania”? Na maioria das vezes, a expressão é usada como sinônimo de votar. Porém, comparecer às urnas a cada dois anos é apenas uma das formas de participar da democracia.

Em diferentes frentes, é possível atuar politicamente, contribuir pela efetivação de direitos constitucionais e para construção de uma sociedade mais justa.

Conselhos

Em cada município, e em milhares de bairros pelo Brasil, existem conselhos de políticas públicas. Nesses espaços colegiados e populares, são debatidos assuntos como saúde, educação, assistência social e outros temas que impactam diretamente a vida dos cidadãos.

A existência de conselhos compostos por representantes do Estado e da Sociedade Civil em âmbito municipal, estadual e federal está prevista na Constituição de 1988. Qualquer cidadão, desde crianças, adolescentes, jovens e idosos, mesmo que não seja membro oficial, pode participar de reuniões em seu município na condição de ouvinte.

A maioria dos conselhos possui uma página na internet, com telefone e *e-mail* para contato – alguns disponibilizam até o calendário de reuniões. Caso não encontre essas informações, basta procurar a secretaria responsável pela área de interesse.

Unidade na ação

A formação de coalizões, cada vez mais frequentes no Brasil, é uma prova concreta de que somar forças é o melhor caminho para produzir mudanças.

Isolados, esses grupos teriam muito mais dificuldade em se fazerem ouvidos. É a articulação de esforços locais que permite à coalizão se tornar um ator relevante no cenário nacional e internacional.

A **Coalizão Negra Por Direitos**, por exemplo, reúne cerca de 240 entidades e coletivos de todo o país, engajados no combate às desigualdades raciais e na valorização das manifestações culturais afro-brasileiras e africanas.

Se você integra um grupo ou coletivo que deseja fazer parte da Coalizão, basta acessar a página **coalizaonegrapordireitos.org.br**. Lá você poderá ler o manifesto completo e solicitar adesão para participar dos espaços de debate e construção política.

Já a **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura**, com mais de 300 representantes, aposta no diálogo entre setor privado, financeiro, academia e sociedade civil para tornar o Brasil uma liderança em uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva.

O movimento busca promover a sinergia entre as agendas de proteção, conservação, agropecuária e adaptação às mudanças climáticas.

A declaração de adesão está disponível no site **coalizaobr.com.br**. Na página oficial, é possível encontrar ainda o documento-base da Coalizão, com 17 propostas concretas para a agenda brasileira de mudanças climáticas.

As empresas e entidades que solicitam adesão se comprometem a cumprir os prazos de implantação do Código Florestal Brasileiro e promover esforços para zerar o desmatamento em suas cadeias de fornecedores.

Outro exemplo é a **Coalizão Direitos Valem Mais**, apoiada por cerca de 190 conselhos, organizações e redes de sociedade civil que visam à ampliação do investimento federal em áreas prioritárias, como saúde, assistência social, educação e soberania alimentar.

A principal bandeira dessa articulação é a revogação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, do “Teto de Gastos”, que congelou os investimentos em áreas sociais por 20 anos a partir de 2016.

A avaliação dos grupos que integram a Coalizão é de que o enfrentamento da Covid-19 e o cenário pós-pandemia exigem a ampliação dos investimentos públicos, sob o risco de violar garantias previstas na Constituição de 1988 e em tratados internacionais de direitos humanos.

Para solicitar adesão, é necessário enviar um *e-mail* para secretariaexecutiva@plataformadh.org.br.

A página **direitosvalemmais.org.br** oferece ainda orientações para quem deseja realizar rodas de conversa em sua localidade sobre a situação econômica do país e as eleições de 2022.

Acompanhando o Legislativo

Quando o assunto é política, as eleições presidenciais são as que costumam despertar maior interesse entre os eleitores. No entanto, qualquer projeto de lei, incluindo a aprovação do orçamento, deve passar pelo Legislativo – Câmara dos Deputados e Senado.

Além dos meios de comunicação tradicionais, é possível acompanhar de perto a atuação do Legislativo Federal por meio de canais especializados. Um deles é o Congresso em Foco, que publica notícias diárias sobre o que acontece nas comissões e no plenário.

A iniciativa envolve mais de 20 profissionais, responsáveis por ferramentas como o Radar do Congresso – base de dados atualizada sobre o trabalho de cada parlamentar. Para conhecer, acesse: **www.congressoemfoco.uol.com.br**.

Outro projeto que vem ganhando notoriedade é o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O OLB combina conhecimento acadêmico com ferramentas de análise de dados para produzir inteligência sobre o comportamento dos parlamentares. O objetivo é promover a transparência e contribuir para o aprimoramento das atividades de *advocacy* das organizações da sociedade civil.

A base de dados está disponível no site: olb.org.br.

Garantia de direitos

Se você ainda não é membro de um coletivo, organização ou movimento social, também é possível participar da política. Uma das maneiras é expor seu posicionamento sobre temas de interesse público por meio de campanhas e petições.

Quanto mais assinaturas elas reúnem, maior a capacidade de persuasão junto aos poderes Executivo e Legislativo.

Conheça algumas dessas iniciativas e veja como aderir:



Olhos abertos

O Brasil possui observatórios que fornecem informações atualizadas sobre temas específicos, de interesse público. Por exemplo, o **Observatório do Marco Legal da Primeira Infância**, projeto da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e da ANDI – Comunicação e Direitos: rnpiobserva.org.br.

Reúne indicadores referenciados no Marco Legal da Primeira Infância com foco nas áreas de assistência social, educação e saúde, além de oferecer uma análise de planos municipais e um vasto acervo digital sobre o tema.

Uma iniciativa semelhante, de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, resultou na criação do **Observatório da Alimentação Escolar** (ÓAE) em 2021: alimentacaoescolar.org.br.

A ideia é fomentar o debate público sobre o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da pesquisa e da organização de subsídios para a incidência política e para amplificação da voz de estudantes, seus responsáveis, agricultores e agricultoras familiares – com atenção especial à juventude e às populações negras.

O Comitê Gestor é composto pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela organização não governamental (ONG) ActionAid.

Quem se preocupa com o avanço do agronegócio e da mineração sobre os povos originários não pode deixar de acompanhar o **Observatório da Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: <https://bit.ly/3w64JqM>

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) monitora e organiza os dados desde 2003. Anualmente, os casos de violência são compilados em um relatório, que serve como parâmetro para analisar avanços e retrocessos em políticas públicas.



Petição do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) para pressionar o Executivo a investir ao menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. A meta está prevista no Plano Nacional da Educação e precisa ser executada até 2024: bit.ly/CasaComum_E1_42



Chamado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para denúncias de violação de direitos contra indígenas que estão sofrendo processo criminal ou cumprindo pena: bit.ly/CasaComum_E1_44



Petição da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi) para impedir que indígenas isolados da Amazônia sejam dizimados com a invasão e a exploração dos seus territórios: bit.ly/CasaComum_E1_45



Petição da organização NOSSAS e da plataforma Mapa do Acolhimento pela aprovação de projeto de lei que impede que o argumento da legítima defesa da honra seja usado em casos de violência de gênero: bit.ly/CasaComum_E1_46



Petição do Greenpeace para pressionar governadores a colocarem em prática medidas de adaptação à emergência climática: bit.ly/CasaComum_E1_47

AGENDA DE PRESSÃO

AVANÇOS PARA A EDUCAÇÃO E RETROCESSOS NO CAMPO AMBIENTAL

Por Flávia Fernanda Costa,
Gustavo Castro, Iuri Cardoso e
Maiara Oliveira - Analistas
Políticos da Pulso Público

Conheça alguns dos projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado, fique por dentro dos principais debates e participe pressionando os legisladores para a garantia de direitos e paralisação de retrocessos.



"SUS da Educação" está de volta à agenda do Congresso e pode ajudar a universalizar a alfabetização. Foto: Acervo Sefras

Mercado de Carbono

O Projeto de Lei (PL) 528/2021, de autoria do deputado Marcelo Ramos (PSD/AM), tem sido a matéria referência na discussão sobre a Regulação do Mercado de Carbono no Brasil. A proposição visa à criação de um mecanismo que reduza, a longo prazo, as emissões de carbono no país.

O projeto aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados, após aprovação de Requerimento de Urgência. Apensado ao PL 2148/2015 (ou seja, passou a tramitar em conjunto com esse PL mais antigo devido às propostas semelhantes), de autoria do deputado Jaime Martins (PSD/MG), está sob a relatoria da deputada Carla Zambelli (UNIÃO/SP). A primeira versão do relatório não agradou às entidades interessadas, o que levou a uma reformulação do parecer, reapresentado em 16/12.

Até então, os maiores opositores ao PL eram os Ministérios do Meio Ambiente e da Economia. Contudo, ao que parece, os desacordos foram superados, uma vez que o projeto ingressou na agenda prioritária do Governo Federal.

Como a matéria já possui urgência aprovada, é prioridade do governo e agrada entes da sociedade civil, a votação deverá acontecer assim que houver acordo entre as lideranças partidárias e a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Aprovado na Câmara, o PL segue para análise do Senado Federal, onde tramitam outras duas proposições: PL 3606/2021 e PL 412/2022.



Saiba quais são as proposições:

- PL 528/2021: bit.ly/CasaComum_E1_17
- PL 2148/2015: bit.ly/CasaComum_E1_18
- PL 3606/2021: bit.ly/CasaComum_E1_19
- PL 412/2022: bit.ly/CasaComum_E1_20



Fique por dentro:

- Posicionamento do setor empresarial: bit.ly/CasaComum_E1_21
- Posicionamento da indústria: bit.ly/CasaComum_E1_22
- Posicionamento da sociedade civil: bit.ly/CasaComum_E1_23

PL do Veneno

A Câmara dos Deputados (CD) aprovou, no dia 9 de fevereiro de 2022, o PL 6299/2002 – também conhecido como PL do Veneno. Apresentada em 1999 pelo então senador Blairo Maggi, a proposta retorna ao Senado Federal na forma do substitutivo apresentado pelo relator deputado Luiz Nishimori (PL/PR).

O projeto é considerado prioritário para o Poder Executivo e a bancada ruralista no Congresso Nacional. Entre as principais medidas, flexibiliza as regras de aprovação e comercialização de agrotóxicos, alterando inclusive a nomenclatura para “pesticidas e produtos de controle ambiental”, um eufemismo.

Na prática, a proposta ampliará o uso de substâncias altamente tóxicas e cancerígenas em um país que há anos é líder mundial no uso de agrotóxicos, incorrendo em custos incalculáveis à saúde e ao meio ambiente. Infelizmente, há pouca margem de melhora do texto no Senado, onde, se aprovado, seguirá para sanção presidencial.

A bancada ruralista é uma força histórica no parlamento brasileiro com grande capacidade de articulação e poder de influência. Nesse sentido, faz-se urgente a pressão da sociedade civil nas redes sociais, em mobilizações de rua, campanhas de conscientização e no diálogo com os senadores e senadoras posicionando-se contrariamente à matéria.



Saiba quais são as proposições:

- PL 6299/2002: bit.ly/CasaComum_E1_24
- PLS 526/1999: bit.ly/CasaComum_E1_25



Fique por dentro:

- Dossiê Contra o Pacote do Veneno e Em Defesa da Vida: bit.ly/CasaComum_E1_26
- Consultoria do Senado aponta para “inconstitucionalidade” e “riscos à saúde” no projeto dos agrotóxicos: glo.bo/3wt1ZUj
- PL do veneno: modernização ou retrocesso?: bit.ly/CasaComum_E1_27
- Nishimori, o “Senhor Veneno”, fez lobby para empresas japonesas que produzem agrotóxicos: bit.ly/CasaComum_E1_28
- Agrotóxicos: O que muda com o PL do veneno?: spoti.fi/3qtZQEj

Sistema Nacional de Educação

Previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) e pendente de regulamentação desde 2014, o Sistema Nacional de Educação (SNE) retornou à agenda do Congresso com maior força neste ano eleitoral. Atualmente, duas propostas sobre o tema tramitam em paralelo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Uma delas, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 235/2019, foi aprovada por unanimidade pelos senadores no dia 9 de março.

Concebido como o “SUS da Educação”, o SNE estabelece um regime de colaboração entre os entes federativos e seus sistemas de ensino a fim de reduzir as disparidades educacionais. Entre seus objetivos está: universalizar o acesso à educação básica de qualidade, erradicar o analfabetismo, fortalecer mecanismos redistributivos com padrão mínimo de qualidade, prestar assistência técnica e pedagógica, entre outros.

O Sistema Nacional de Educação emerge no debate político densificando a discussão sobre o ensino público, já que posto em um cenário de enfrentamento à pandemia da Covid-19, resultou no crescimento da evasão escolar e problemas relacionados à conectividade na educação. Evidenciando a necessidade de equalização das oportunidades educacionais e os desafios de recuperação da aprendizagem, o texto segue para apreciação na Câmara dos Deputados e, se aprovado, vai à sanção presidencial.



Saiba quais são as proposições:

- PLP 235/2019: bit.ly/CasaComum_E1_30
- PLP 25/2019: bit.ly/CasaComum_E1_31



Fique por dentro:

- Nota Técnica: pontos essenciais para instituir o Sistema Nacional de Educação e dimensões norteadoras para a tramitação no Congresso Nacional - Todos pela Educação: bit.ly/CasaComum_E1_32
- Sistema Nacional de Educação: uma visão estruturante para a educação no Brasil - Movimento Colabora Educação: bit.ly/CasaComum_E1_33
- Nota Técnica - análise comparativa de proposições - Todos Pela Educação: bit.ly/CasaComum_E1_34
- SNE em Pauta: bit.ly/CasaComum_E1_35

“Fake News”

A Câmara dos Deputados se prepara para deliberar ainda em 2022 o PL 2630/2020, conhecido como PL das *Fake News*, que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Apresentada em 2020 pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE), a matéria altera o Marco Civil da Internet e tem como objetivo central o combate à disseminação de notícias falsas e a regulamentação das plataformas de redes sociais.

Embora a sociedade civil ligada ao direito digital, Big Techs e empresas do setor defendam que o tema precisa de mais debate, há um grupo de parlamentares de oposição que afirma haver necessidade de aprovação ainda no primeiro semestre deste ano, para inibir a propagação de notícias falsas no período eleitoral.

Atualmente o PL aguarda parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) no Grupo de Trabalho (GTNET) criado para analisar a matéria e outros 83 projetos apensados. Desse modo, o relator deve apresentar um substitutivo que, caso aprovado pelo Plenário da Câmara, retornará ao Senado para validar ou rejeitar as novas alterações e, então, irá à sanção presidencial.

Para conseguir apoio das lideranças partidárias para aprovação, está sendo cogitado pelo relator o desmembramento em três projetos de lei, sobre: plataformas das redes sociais, remuneração das atividades jornalísticas pelas plataformas e mensagens instantâneas.



Saiba quais são as proposições:

- PL 2630/2020: bit.ly/CasaComum_E1_36



Fique por dentro:

- Manifesto: PL das *fake news* é retrocesso digital, revela associações da economia digital: bit.ly/CasaComum_E1_37
- Rastreabilidade, metadados e direitos fundamentais: Nota técnica sobre o Projeto de Lei 2630/2020: bit.ly/CasaComum_E1_38
- PL das *fake news* traz avanços na proteção de dados, avaliam especialistas: bit.ly/CasaComum_E1_39
- PL das *fake news* e a dinâmica de poder que impulsiona o desenvolvimento da infraestrutura da Internet: bit.ly/CasaComum_E1_40
- Projeto das *fake news*: exposição de dados sobre moderação de conteúdo gera resistência de plataformas: bit.ly/CasaComum_E1_41

Colaboraram com o texto: Flávia Fernanda Costa, Gustavo Castro, Iuri Cardoso e Maiara Oliveira - Analistas Políticos da Pulso Público, uma agência de advocacy que trabalha para fazer com que organizações com forte consciência e comprometimento socioambiental tornem-se agentes ativos na formulação das normas e das políticas públicas que as afetam, participando do processo político de modo efetivo e contribuindo para o fortalecimento da democracia.



Para acessar os links das proposições e da seção “Fique por dentro”, utilize o QR code.

POVOS DE RESISTÊNCIA

Por Andressa Cruz Zumpano

Este é um ensaio sobre a face da resistência, lutadoras e lutadores pela terra, no campo e na cidade, em defesa de seus territórios e de sua ancestralidade. Uma curta ilustração de um trabalho contínuo, que realizo desde 2016, registrando a luta das mulheres e povos tradicionais por todas as regiões do Brasil.

De corpo presente, em um dos países que mais mata indígenas, negros e mulheres, ser uma voz de luta significa honrar sua coletividade. Significa também celebrar a diversidade de

territórios e corpos que aqui resistem e, mesmo diante das adversidades, seguem de pé.

Nesta sequência de imagens, momentos históricos do povo brasileiro nos últimos anos, como a Marcha das Margaridas, Acampamento Terra Livre, Manifestações por Marielle Franco, se enredam com a lida diária daqueles que estão com os pés fincados em seu território, trazendo assim, a força das faces de resistência.

Andressa Cruz Zumpano é fotojornalista e documentarista maranhense. Atua como jornalista no setor de comunicação da Secretaria Nacional na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e colabora com missões de investigação de povos e comunidades tradicionais em situação de conflito agrário no Brasil. [@zumpanoandressa](#)

O menino Abner toma banho no Rio das Mortes, fonte de subsistência do Assentamento Alegre, em Riachão, Maranhão (2019).





Ritual do Povo Fulni-Ô durante o Acampamento Terra Livre, em Brasília (2019).



Menina Isabela, durante a retomada do território Negra Velha, em Luís Domingues, Maranhão (2018).



Davi Kopenawa, o grande xamã do povo Yanomami, com seu livro *A Queda do Céu*, durante a votação do Marco Temporal em Brasília (2021).



Dona Dijé, *in memoriam*, liderança quilombola do território Monte Alegre, Maranhão (2017).



Severina, mãe de santo da Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, com pequiheiro sagrado do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Mirim, Maranhão (2018).



Maria, agricultora do Assentamento Nova Canaã e militante do Movimento Sem Terra, em Brazlândia, Distrito Federal (2020).

Apresentação de ritual das mulheres indígenas do Xingu, durante I Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília (2019).





Jovem Xavante recebe pintura corporal tradicional de seu povo para participar da marcha dos povos indígenas até o Congresso Nacional. Acampamento Luta Pela Vida. Brasília (2021).

FRANCISCANOS CONTRA A FOME

Mais de 19 milhões de pessoas em todo o Brasil estão passando fome.
O SEFRAS atua diretamente para combater esse problema!

DOE AGORA

doesefras.org.br
pix@sefras.org.br



www.revistacasacomum.com.br

   @RevistaCasaComum

Iniciativa



Realização



Apoio:

